



SPGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA membro de FENPROF

FE

ESCOLA

informação

Nº 306 nov./dez. 2023 MENSAL € 5,50€

**PROFESSORES, EDUCADORES E INVESTIGADORES
PELO AUMENTO DOS SALÁRIOS E PENSÕES**

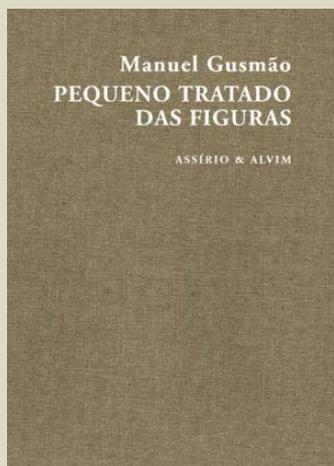
PELO DIREITO À
Educação
Habitação
Saúde



Dossier

Horários e condições de trabalho

LEITURAS



Pequeno Tratado das Figuras

Manuel Gusmão

Assírio & Alvim, 2013

«O livro de poesia de Manuel Gusmão é constituído por cinco segmentos, "O Caderno das Paisagens", "Os Desenhos do Escultor ou Notas sobre o Trabalho da Inspiração" (um poema em memória do Jorge Vieira), "No Labirinto das Imagens", "Filmar o Vento", "A Pintura Corpo a Corpo".

1. O livro justifica plenamente o título, porque nele se aborda, desenvolve, aprofunda em cada poema, na sua

forma breve mas "tratada", cuidada, cinzelada, aspectos, configurações, aparências, coisas, imagens do mundo e da arte, com recurso a figuras de retórica, de sentido, de sintaxe. Este livro é portanto um *Pequeno Tratado das Figuras* que *comprova*, como diria o ensaísta Manuel Gusmão, que "no seu sentido perpétuo, a poesia inventa e reinventa a sua origem ou o seu modo de chegar" e que nós "em alguma medida, somos feitos e desfeitos pelo *poieín* das artes (...) pelas esculturas em que tacteamos o desabamento e o voo do mundo".

A poesia de Manuel Gusmão é normalmente de uma grande densidade cultural e percorrida por uma intensa intertextualidade e não foi por acaso que recorri a esta última citação, mas porque à medida que ia lendo o livro pressentia que sob os poemas de *Pequeno Tratado das Figuras* repercutia a frase de Walter Benjamin: "nós habitamos o mundo e o mundo é a nossa tarefa".

Na verdade, é o mundo que o sujeito poético deste livro pretende recompor, tacteando, como o escultor, o desabamento e o voo do mundo ou aprimorando o olhar com as pinturas para melhor discernir sobre a realidade visível. A voz que anima os poemas de *Pequeno Tratado das Figuras* mostra como a arte se apropria do mundo, isto é, como partindo das coisas do mundo é capaz de as transformar e produzir coisas outras, enquanto o artista a ele próprio se vai

transformando. [...]

O *Pequeno Tratado das Figuras* é um livro que nos desafia a cada passo da sua leitura, nos interroga, nos comove, nos implica sem precisar de se explicar, nos incita a reescrevê-lo uma vez e outra vez. Esse é o timbre da poesia de um admirável poeta chamado Manuel Gusmão.»■

Paulo Sucena

[Excerto de «Um dialogismo fecundo», texto proferido em 17 de janeiro de 2015, por ocasião da entrega a Manuel Gusmão do Prémio Literário António Gedeão, que galardoou uma obra de poesia em português de um escritor simultaneamente professor. Versão integral: <https://www.spgl.pt/um-dialogismo-fecundo-paulo-sucena>

Este é "um livro surpreendente sobre a vida, as imagens, a arte e a sua prática e a confirmação retumbante de estarmos perante um dos grandes poetas portugueses do nosso tempo", pode ler-se na página da editora da obra, Assírio & Alvim.

Manuel Gusmão venceu o prémio de poesia António Gedeão, instituído pela FENPROF, pelo *Pequeno Tratado das Figuras*, em 2014. A decisão, unânime, foi tomada pelo júri do prémio (Paulo Sucena, Lídia Jorge e José Manuel Mendes), "considerada a intensidade da linguagem num trabalho poético que recolhe e dialoga com a tradição estética conformadora de todo o seu percurso".■

Sofia Vilarigues



José Feliciano Costa
DIRECTOR E.I.

Agora, com eleições legislativas já marcadas, temos de manter as nossas exigências

A demissão de António Costa, a 7 de novembro, dá início a uma crise política que leva o Presidente da República a marcar eleições antecipadas para 10 de março, permitindo, no entanto, que o Orçamento do Estado seja aprovado e, logo de seguida, a dissolver a Assembleia da República, ficando o governo em gestão até à tomada de posse do próximo, o que acontecerá após o ato eleitoral em março.

O que fazer a seguir, não tendo nenhum processo negocial em aberto com o ME, não por falta de vontade nossa, pois foram inúmeras as vezes que insistimos com propostas apresentadas, mas a resposta era sempre a mesma, ou seja, nada?

No que diz respeito à educação, os problemas continuam e não se resolveram com a queda do governo: continuam a faltar professores nas escolas; a contagem do tempo congelado, que é para os professores uma das questões para o reconhecimento e valorização da carreira, continua por fazer; o desrespeito pelo que a lei estabelece sobre o cumprimento dos horários de trabalho; a precariedade mantém-se vergonhosamente, sendo a principal causa do abandono da profissão por milhares de professores, os quais não conseguem a estabilidade necessária para a construção de um projeto de vida; um corpo docente cada vez mais envelhecido, sendo este um problema que o próprio governo reconhece, mas nada faz para resolver.

Agora, com eleições legislativas já marcadas, temos de manter todas as nossas exigências, assumindo que a luta terá outros contornos sendo este o tempo de exigir aos partidos compromissos.

É importante que nas escolas, junto dos professores, seja feita a recolha de assinaturas em quatro petições:

- 1 - Carreira, incluindo a recuperação do tempo de serviço e a revisão da avaliação do desempenho;
- 2 - Combate à precariedade,
- 3 - Aposentação e rejuvenescimento da profissão;
- 4 - Condições de trabalho, incluindo horários.

Estas petições serão apresentadas neste período pré-eleitoral aos partidos, em reuniões pedidas para esse efeito, e serão entregues logo na futura Assembleia da República, assim que esta entre em funções. É, por isso, fundamental a recolha de milhares de assinaturas.

Estas reuniões solicitadas aos partidos têm por objetivo assegurar que as reivindicações dos docentes constem dos respetivos programas eleitorais e tentar perceber que compromissos são assumidos e o que pensam esses partidos sobre aspetos importantes para os docentes e investigadores tais como: questões de ordem sócio-profissional; questões relativas à situação de aposentação; Escola e sistema educativo; Educação inclusiva; Ensino superior e investigação; e outras questões de política geral.

São muitos e graves os problemas da Escola Pública, que afetam de forma séria as suas condições de funcionamento. Quando se aposta numa contínua desvalorização da carreira docente e da estabilidade profissional dos docentes e quando os Orçamentos do Estado se afastam cada vez mais da percentagem dos valores propostos para a Educação pelas instituições internacionais, algo vai mal, muito mal.

Não nos iludamos com cantos de sereia e promessas que por vezes escondem projetos que depredam o Ensino Público.

Nós somos portadores de outro projeto, como dizia José Salgado Sampaio: *Escola pública, democrática e humanista. Um fator imprescindível ao desenvolvimento.* ■

ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . **Chefe de Redação:** Manuel Guerra . **Conselho de Redação:** Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Graça Sousa, Tiago Dias, António Avelãs, Sara Covas . **Composição:** Fátima Caria . **Jornalistas:** Lúcia Calapez e Sofia Vilarigues . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** DIP . **Fotografia:** Joana Rodrigues . **Revisão:** Lúcia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A. . **Edição e Propriedade:** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . **NIPC:** 501057528 . **Periodicidade:** Mensal . **Tiragem:** 15.500 . **Depósito legal:** 9157/85 . **ICS:** 109893.



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Horários e Condições de Trabalho

6. Porquê este desinvestimento na Educação, na Escola pública?
8. Educação Pré-Escolar - As Educadoras estão envelhecidas, sem sentirem o seu trabalho valorizado
9. 1.º CEB - Problemas não são novos, têm vindo a acumular-se e a agravar-se
10. 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário - Professores trabalham, em média, mais de 50 horas/semana
12. Educação Especial - Horários da Educação Especial não podem pôr em causa o apoio aos alunos com dificuldades acentuadas
13. Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias
 - Condições de trabalho e carreira no EPC
 - Condições de trabalho e carreira no E. Artístico Especializado (EPC)
15. Ensino Superior e Investigação Científica - Professores precários no ensino superior? Isso existe?

17 Cidadania

17. “Revolução”
18. Manuel Gusmão, um lutador, um poeta
20. Dia Internacional pelo fim da violência contra as mulheres
21. A voz a quem entra - À conversa com Luís Martinho

22 Reportagem

O poder transformador da música

24 Escola Professores

24. Ação reivindicativa
26. Quatro petições pela valorização da carreira docente, pela Escola Pública! Tribunal declara ilegais os serviços mínimos

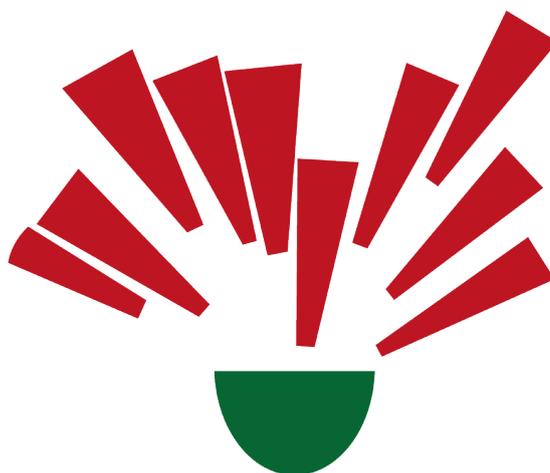
27 Opinião

27. Somos portadores do projeto de uma escola pública, democrática e organizada, numa sociedade democrática
28. Um Orçamento do Estado que não responde nem às necessidades da Educação, nem do país

29 Internacional

29. Educação em tempos de guerra
30. Proposta de reconhecimento, pela UNESCO, da relação professor-aluno como património da humanidade

31 Aos Sócios



SPGL tantos anos como ABRIL

sindicaliza-te





Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº306 novembro/dezembro 2023

Horários e Condições de Trabalho

No dia 10 de novembro, o SPGL e os sindicatos da FENPROF realizaram no Auditório da Escola Secundária de Camões, em Lisboa, o Encontro Nacional dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, no qual, a par de um amplo debate e esclarecedoras intervenções, foram apresentadas as conclusões de um inquérito sobre os horários e condições de trabalho dos professores do sector, assim como uma Carta Reivindicativa. Dando conta dos principais destaques e conclusões desta iniciativa, é objetivo deste Dossier, subordinado à temática dos “Horários e Condições de Trabalho”, simultaneamente abordar problemáticas de outros sectores. ■



Encontro Nacional do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário (FENPROF)

Porquê este desinvestimento na Educação, na Escola pública?

• **Lúgia Calapez e Sofia Vilarigues**

| Jornalistas |

O Auditório da Escola Secundária de Camões, em Lisboa, acolheu, a 10 de novembro, o Encontro Nacional dos Professores do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, subordinado à temática do exercício da profissão e das condições de trabalho. No encontro foi aprovada uma carta reivindicativa. Houve um amplo debate – em paralelo com elucidativas e enriquecedoras intervenções, nomeadamente dos convidados Licínio Lima, Universidade do Minho, e Manuela Este-

No encontro foi aprovada uma carta reivindicativa. Houve um amplo debate – em paralelo com elucidativas e enriquecedoras intervenções

ves, Universidade de Lisboa – em que ressaltaram questões que por vezes se diluem nas árduas dinâmicas do dia a dia.

No início dos trabalhos do Encontro – e precedendo a intervenção de abertura de José Costa, presidente do SPGL – coube a Manuela Mendonça esboçar o quadro internacional em que se inscreve a realidade da escola e dos professores em Portugal. E, aí, surge um primeiro destaque: problemas e soluções, presentes no Encontro, “são comuns a muitos outros países, na Europa e no mundo”. Por exemplo, num país como a Noruega, “20% dos lugares a concurso são, neste momento, preenchidos por pessoal não qualificado, não habilitado para a docência”. No seu relatório anual, a Internacional da Educação conclui que a profissão docente se encontra subvalorizada, sobrecarregada de tarefas e mal remunerada. Factos preocupantes que apon-

tam para a urgência de investir na educação e na profissão docente. O que passa também, como é sublinhado em muitos documentos internacionais, pela necessidade de “respeitar os professores e os seus saberes pedagógicos, a sua voz, nos processos de negociação”.

Uma realidade que, pelo seu carácter generalizado, não pode deixar de colocar uma questão de fundo: porquê este desinvestimento, porquê este desrespeito?

Lideranças e relações de poder nas escolas

“É possível a *apropriação plena da autonomia curricular* (na expressão do DL 55/2018) em escolas heterogovernadas e sem professores e educadores verdadeiramente autónomos?”. Este foi o ponto de partida da intervenção de Licínio Lima, que se centrou na análise das lideranças, com o retorno à figura do diretor e uma “lógica ges-

tionária de um perfil, um projeto, uma equipa de gestão, remetendo para algo semelhante ao princípio da unidade de comando, proposto no início do século XX por Henri Fayol para a administração industrial”.

Em causa está uma desprofissionalização dos docentes, desintelectualizando os educadores profissionais, transformando intelectuais profissionais em técnicos. Uma “desvalorização crescente do pensamento pedagógico, da investigação em educação, da defesa de modelos de formação de professores, que limitam a mínimos didáticos o seu currículo”.

É neste contexto que Licínio Lima coloca a questão de “como compreender que o governo desafie as escolas, em 2018, a fazer aquilo que o DL 55/2018 chama uma plena apropriação da autonomia curricular?”. “Até que ponto e com que limites é possível a flexibilidade curricular num contexto historicamente marcado pela centralização do currículo?”, pergunta. “Então a autonomia da escola não contemplava a autonomia flexibilidade curricular? O projeto dito educativo da escola não contempla o currículo? Então contempla o quê?”. “Qual é a nossa margem de manobra na escola?”

“O que nós temos de exigir na escola é ser parceiros do processo de codecisão do currículo”, defende. “Não existe alternativa democrática, justiça escolar e uma educação como processo de humanização dos seres humanos que não sejam edificadas sobre a promoção da autonomia substantiva e sobre o seu exercício concreto, não apenas por parte dos professores e de outros atores educativos, mas também através de práticas de cidadania que promovam a autonomia dos alunos: o centro da autonomia educativa e curricular, não o seu complemento ou mero objeto de enriquecimento”.

Nesta perspetiva, Licínio Lima considera que o caminho é “uma estratégia de levar a autonomia e a flexibilidade a sério”. Interpelando, a partir das suas práticas, “o ME, testando os seus limites e expondo-o às contradições que vai produzindo”.

“Uma luta muito difícil, que exige muito empenho, muito saber, muita inteligência e muita coragem”. Mas que é um caminho.

Falta de professores e formação

“Porque é que há falta de professores? E a formação dos professores pode dar algum contributo para resolver este problema? Ou não?” Foi com estas questões que Manuela Esteves abriu a sua intervenção.

Manuela Esteves começou por apresentar um conjunto de dados que ajudam a caracterizar a situação atual da falta de professores. Um estudo da Universidade Nova chegou à conclusão de que num período de 10 anos (entre 2021/22 e 2030/31), será necessário substituir um terço do grupo profissional do ensino não superior (34 508 novos docentes). Sendo que 61.8% dos novos professores destinam-se ao 2º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário.

Porque é que há esta falta de professores? “Nós podemos começar por colocar a questão de maneira bondosa, se foi uma imprevidência. Mas, nada há a favor desta imprevidência. Porque há muito tempo que vão sendo feitos estudos, inclusive dentro do ME. E há muitos anos que os nossos sindicatos e a nossa federação começaram a alertar para a gravidade deste problema. E, portanto, do meu ponto de vista, não se tratou de imprevidência, mas de uma deliberação. Uma deliberação que eu penso que apostou fundamentalmente na degradação da profissão como sendo essa uma boa solução para o problema”.

A formação pode dar algum contributo para resolver o problema da falta de professores? “Sim, se: aumentar o número de vagas dos cursos de mestrado; tornar a profissão mais atrativa; aumentar a segurança dos novos profissionais à entrada na profissão; aumentar a confiança dos profissionais já em serviço, valorizando as suas experiências, ajudando no exame crítico das mesmas e incentivando a inovação; promover o desenvolvimento profissional, o profissionalismo e a profissionalidade docentes”.

Portanto, a valorização da educação e da profissão não é apenas função da formação, por mais esclarecida, aprofundada e especializada que ela seja. A associação entre a melhoria da situação profissional e a elevação da qualidade da formação pode contribuir para superarmos a falta de professores. A formação pode e deve ser um instrumento de libertação. Um convite ao exercício da cidadania. Percebendo bem o que é ser professor e o que é ensinar e para que serve a educação. Um ponto de passagem para a construção de uma ética profissional, da qual nunca nos ocupámos aprofundadamente. Um fator de elevação da autoestima individual e do grupo profissional, para além de, obviamente, preparar para uma intervenção pedagógica cada vez mais competente”.

Um inquérito muito esclarecedor, uma carta reivindicativa a apontar lutas futuras e um debate diversificado

A apresentação das conclusões preliminares do Inquérito sobre horários e condições de trabalho aos professores do 2.º e 3.º CEB e do ensino secundário (ver pp. 10 e 11) foi realizada por António Anes, do SPGL, coordenador do grupo de trabalho. O inquérito vem na sequência de um estudo semelhante de 2017. Comparando dados sobre a evolução da duração do horário de trabalho semanal, a lei diz que é de 35 horas semanais mas, em 2017, era de 46 horas a perceção que os professores tinham de gastar no seu trabalho e, em 2023, de 50 horas. Dados esclarecedores.

No encontro foi, no final, debatida e aprovada a “Carta reivindicativa para o exercício da profissão e para as condições de trabalho” (que se encontra online no site do SPGL⁽¹⁾, que faz uma análise da situação atual e aponta “30 reivindicações para resolver problemas que são sérios”.

A falta de professores foi, naturalmente, um dos temas recorrentemente abordados e comentados no debate. Uma realidade que pode tornar inevitável, no imediato, o recurso a professores com habilitação própria. E levanta múltiplas questões. Nomeadamente a ne-



cessidade de exigência, como defendido por Carlos Vasconcelos (SPGL), de uma rápida formação complementar e vinculação desses professores.

A grande sobrecarga que recai sobre os professores foi, igualmente, tema em destaque, até pelos seus reflexos na saúde dos docentes - “uma profissão humanamente extraordinária, mas também veículo de doença”, como assinalou Rui Teixeira (SPRA). Tal como outros tópicos relevantes, como o ensino profissional (que atualmente abarca mais de metade dos alunos do ensino secundário). Ou o Português Língua Não Materna que,

nalguns casos, como denunciou Paula Rodrigues (SPGL), é ministrado ora na CL ora na CNL dos professores; uma situação de clara desigualdade, com impacto em todas as disciplinas, e que põe em causa os direitos dos alunos.

Houve ainda lugar a um alerta, por parte de António Avelãs (SPGL). Partindo da ideia de que “a falta de professores pode ser uma questão estrutural, porque ela não limita o desenvolvimento da economia neoliberal”, estaríamos perante uma intencionalidade, uma aposta numa elite económica, uma relegitimação do princípio da desigualdade. “É isso que nós temos de

combater. E exigir que haja bons professores para todos. Temos de politizar o nosso discurso, na escola e na sociedade”.

A encerrar, Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF⁽²⁾, fez uma apreciação do atual momento político, das questões orçamentais e dos desafios futuros que se colocam à luta dos professores. ■

⁽¹⁾ <https://www.spgl.pt/encontro-nacional-dos-professores-do-2-o-e-3-o-ceb-e-do-ensino-secundario>

⁽²⁾ <https://www.spgl.pt/encontro-nacional-dos-professores-do-2-o-e-3-o-ceb-e-do-ensino-secundario>

Educação Pré-Escolar

As Educadoras estão envelhecidas, sem sentirem o seu trabalho valorizado

▪ **Anabela Tavares**

Coordenadora da Educação Pré-Escolar

As grandes questões que se colocam à Educação Pré-Escolar são em tudo idênticas aos restantes sectores. A não recuperação do tempo de serviço, a par de outras questões económicas e de carreira, são fatores altamente desmotivadores do empenho e dedicação que sempre caracterizaram os docentes.

As (os) Educadoras estão envelhecidas, sem sentirem o seu trabalho valorizado, muitas vezes sem con-

dições de funcionamento, a saber: sem Assistentes Operacionais para as acompanharem durante as 5 horas letivas; a terem que supervisionar os grupos das colegas, quando estas faltam por razões de saúde ou outras; ao abrigo do art.º 79 esperam tempos desnecessários, porque as direções não pedem as substituições atempadamente; recebem crianças de 3 anos com fralda sem condições para as tratarem dignamente (mudam-se fraldas no chão ou em cima de mesas de trabalho); recebem crianças com

NEE sem por isso terem redução de grupo – em muitas situações, que podiam ser aqui nomeadas, têm 4 crianças com necessidades específicas em grupos de 25, sem reforço de AO; são, constantemente, solicitadas(os) a participarem em projectos de escola, de agrupamento e autarquias, sendo não raras vezes chamadas à atenção se não participam.

Por isto e muito mais, impõe-se não transigir nas nossas reivindicações justíssimas. Muitas são as razões para lutar! ■

Problemas não são novos, têm vindo a acumular-se e a agravar-se

▪ Dulce Arrojado

| Dirigente Sindical 1.º CEB |

Quando assinalamos o 50.º aniversário do 25 de Abril, que nos trouxe a Constituição da República Portuguesa em 1976, em que se consagrou a Escola Pública como escola para todos, inclusiva e diversa, promotora de uma cidadania ativa e garante do acesso a uma educação de qualidade para as gerações de hoje e do futuro, não podemos aceitar que o trabalho dos professores não seja reconhecido, nem respeitado e muito menos valorizado! Desvalorização que advém, em muito, das condições de trabalho em que desenvolvem com dedicação a sua profissão.

Se falarmos dos professores do 1.º ciclo, os profissionais essenciais que estão na base do percurso académico de todos e cada um, não podemos deixar de assinalar problemas que persistem ao longo de anos como o elevado número de alunos por turma, a extensão da componente letiva, a ausência de professores para substituição em faltas de curta duração, recorrendo-se aos professores de apoio educativo, com prejuízo dos alunos que dele necessitam nas suas aprendizagens, a atribuição de tarefas no intervalo entre as atividades letivas, com claro desrespeito pelo direito à pausa no trabalho, falta de clarificação entre o que é letivo e não letivo, a que se veio juntar uma clara desregulação de horários por via de uma pretensa escola a tempo inteiro, que leva a

um agravamento de tarefas administrativas e burocráticas e, ainda, uma dita supervisão, que muitas vezes não é mais do que gestão e substituição de professores de AEC, quando não se transforma mesmo num “tomar conta” das crianças, que são obrigadas a passar horas infindáveis na escola, que leva a uma sobrecarga física e psicológica nas mesmas. Acresce a tudo isto a dificuldade que os professores do 1.º ciclo têm em conseguir beneficiar do seu direito na redução da componente letiva (art.º 79 do ECD), uma vez que são constantemente chamados a substituírem colegas.

Como se tudo isto não bastasse para tornar a profissão pouco atrativa, ainda se debatem com a precariedade, as quotas impostas no processo de avaliação, a não devolução do tempo de serviço, a deslocação ou deslocalização para locais longínquos das suas habitações de origem, sem qualquer tipo de compensação e, todos os anos, são alvo de um regime de concursos injustos que serve apenas para perpetuar a precariedade.

Estes problemas não são novos, têm vindo a acumular-se e a agravar-se ao longo de anos, não só os que se referem à carreira de professores, como também à falta de meios humanos e materiais, à necessidade de obras urgentes em centenas de escolas por todo o país, entre outros.

Importa igualmente sublinhar que o processo da municipalização poderá colocar em causa o direito universal de acesso a uma escola pública gratuita e de qualidade. A

transferência de competências para os municípios (sem os meios suficientes) tem vindo a prejudicar o trabalho nas escolas, com diferentes opções, quer seja ao nível de oferta curricular, quer seja numa clara falta de investimento, na retirada de fibrocimento ou nas obras de requalificação de laboratórios e dos sistemas elétricos para que as escolas sejam, igualmente, espaços de eficiência energética, que tanto se apregoa.

Estes são só alguns exemplos de como se promove a desmotivação dos professores e se contribui para desqualificar a carreira docente, quando ela é, afinal, imprescindível ao desenvolvimento de qualquer sociedade.

Que nas próximas eleições sejamos capazes de fazer prevalecer a justiça das nossas reivindicações e exijamos os devidos compromissos aos partidos que se apresentam ao escrutínio dos professores. Saibamos distinguir o trigo do joio! ■

Se falarmos dos professores do 1.º Ciclo, os profissionais essenciais que estão na base do percurso académico de todos e cada um, não podemos deixar de assinalar problemas que persistem ao longo de anos

Professores trabalham, em média, mais de 50 horas/semana

▪ **António Anes**

| Vice-Presidente do SPGL |

O inquérito - **Por horários dignos e desburocratização da profissão docente** - sobre os horários dos docentes do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, demonstra que os professores trabalham, em média, mais de 50 horas/semana.

Os horários e outras condições de trabalho têm vindo a ser identificadas pelos professores, desde há largos anos, como um dos seus principais focos de queixas e preocupação. Um inquérito realizado pela FENPROF, há 7 anos, corroborava essa perceção, que apontava para 46 horas semanais. Mais 11 horas do que o legalmente previsto!

A FENPROF entendeu, no contexto da realização do **Encontro Nacional de docentes dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário**, em 10 de novembro de 2023, cujo lema foi **“O Exercício da Profissão e as condições de trabalho no 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário”**, promover novamente a realização de um outro inquérito, junto dos professores, sobre essa mesma matéria. Considerou ser pertinente atualizar o inquérito realizado em 2017, levando em conta, entre outros aspetos, o reflexo da chamada autonomia e flexibilidade curricular e a(s) formação(ões) de professores, bem como a falta de professores, temas em foco no Encontro acima referido. As exigências

colocadas pela capacitação digital adensaram este propósito.

No Encontro realizado foram apresentados os resultados, embora ainda preliminares, mas claramente indicadores do agravamento das condições e horários de trabalho.

Caracterização da amostra

Tratou-se de um inquérito de âmbito nacional sobre os horários de trabalho dos professores dos 2.º e 3.º CEB e do ES, com recurso a meios digitais, que decorreu entre os dias 20 de setembro e 31 de outubro de 2023. **Obtiveram-se 4553 respostas, das quais 4471 foram validadas.** O número de respostas demonstra o envolvimento muito positivo dos professores num inquérito de 32 questões! Para além das relacionadas com a caracterização da amostra (sexo, idade, tempo de serviço, local de trabalho, tipo de vínculo ao ME e grupo disciplinar), compreende dados relativos aos números de níveis lecionados, turmas e alunos por professor; questões sobre o tempo despendido pelos professores em cada uma das múltiplas tarefas/atividades que desenvolvem, seja no âmbito da CL, seja da CNL a nível de estabelecimento.

Destaque-se que, em relação à caracterização da amostra, as 4471 respostas validadas **distribuem-se, em termos de local de trabalho, por todas as regiões do país**, incluindo as duas regiões

autónomas, da Madeira e dos Açores (41% da área da Grande Lisboa).

Também relativamente à **distribuição por faixa etária** em que se enquadram, os respondentes não se encontram desalinhados com a proporção verificada para o todo nacional, com apenas 1% a situar-se na faixa de “até 30 anos”, estando a maioria integrada nas faixas de “mais de 40, até 50 anos” e de “mais de 50 até 60 anos”, representando 28% e 48% da amostra, respetivamente (4% encontra-se na faixa “mais de 30, até 40 anos” e 19% na faixa “mais de 60 anos”). **Confirma-se o envelhecimento da classe docente e o conseqüente efeito na falta de professores.**

Em suma, nada que se relacione com a dimensão da amostra e com os dados que a caracterizam vai no sentido de as conclusões extraídas do presente estudo, ainda com resultados preliminares, não poderem estender-se ao todo nacional, designadamente, ainda que não só, quanto aos valores médios de tempos despendidos por atividade/tarefa desenvolvida pelos professores e na totalidade dos seus horários.

Análise dos principais dados

Em termos médios, podemos afirmar que os professores têm um horário semanal de 50,24h! (ver tabela I). Como são atingidos estes resultados?

Cerca de metade dos inquiridos

(48,64%), lecionam 5 ou mais turmas, o que, naturalmente, corresponde ao trabalho com um número excessivo de alunos. (ver figura 3). **Destaque para o n.º excessivo de turmas (18,29% tem mais do que 7 turmas).** Em relação ao número de alunos por professor, verifica-se que **43,20% tem mais do que 101 alunos**; 11,61% entre os 126 e 150 alunos; 7,87% entre 151 e 200 e 5,3% afirmam ter mais de 200 alunos. Já em relação ao número de níveis, **16,76% afirmam ter mais do que 4 níveis.**

Especificam-se de seguida os tempos médios dedicados a cada uma das atividades da componente individual de trabalho (ver tabela I), em que os professores necessitam, semanalmente, de mais de **33,65 horas**, isto é, **cerca de 15 horas acima do legalmente previsto**: em primeiro lugar, surge a **preparação de aulas, com 10,10 h**; seguem-se, as **atividades de avaliação - 7,80 h** (elaboração e correção de testes e outras tarefas/atividades de avaliação - ver figura 2); o **trabalho de Direção de turma ou de Coordenação de grupo ou de departamento com 4,31 h** e para **outras atividades 11,45 h** (tarefas administrativas e atividades burocráticas, preparação de dossiers turma, processos disciplinares, preenchimento de inquéritos, atas, etc.). Destaca-se ainda que os inquiridos têm semanalmente 1,62h de reuniões que, na maioria dos casos, também são incluídas ilegalmente na componente de trabalho individual.

Finalmente, das respostas é possível constatar que **os docentes continuam a exercer na componente não letiva de horário de estabelecimento, ilegalmente, atividades que são claramente atividades letivas**: os inquiridos afirmam dar em média **2,98 horas de apoios a grupos de alunos** e **0,98 horas em coadjuvação atribuídos nesta componente do horário**. Isto é, sobrecarregam-se os professores com as atividades que deveriam ser cometidas a outros professores de que o sistema verdadeiramente necessita. Estes resultados permitem-nos também aferir sobre como têm evoluído algumas causas maiores do desgaste profissional entre os docentes. Refira-se que, **em relação a 2017, a perceção do horário de trabalho passou de 46 horas para 50 horas!** Servirão também para melhor sustentar aquelas que são as posições dos professores em matéria de alteração dos seus horários de trabalho e que suportam a Carta Reivindicativa, aprovada no encontro por unanimidade.

É, pois, necessário continuar a lutar por horários dignos e pela desburocratização da profissão docente. ■

Atividade	Tempo despendido (horas)
Aulas	16,59
Preparação de aulas	10,10
Tarefas de Avaliação	7,80
Direção de Turma e Coordenação Pedagógica	4,31
Tarefas administrativas	4,05
Apoio a alunos	2,98
Reuniões	1,62
Coadjuvação	0,98
Biblioteca	0,92
Substituições	0,74
Deslocações entre escolas do agrupamento	0,16
Total	50,24

Tabela I - Duração do trabalho, atividade a atividade

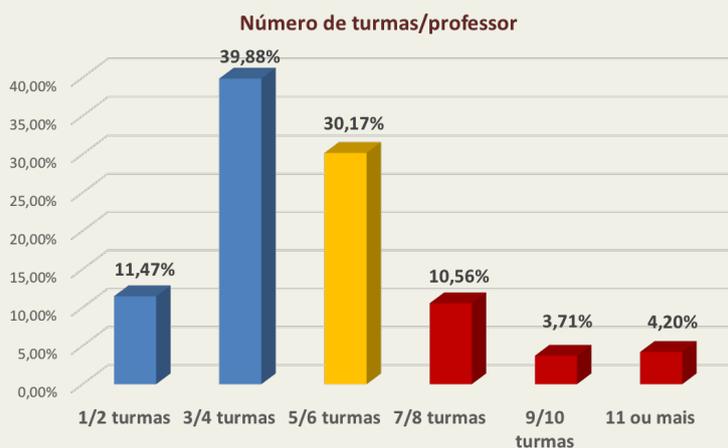


Figura 1 - Distribuição de turmas por professor.

Distribuição percentual do tempo despendido na avaliação por tipo de tarefa

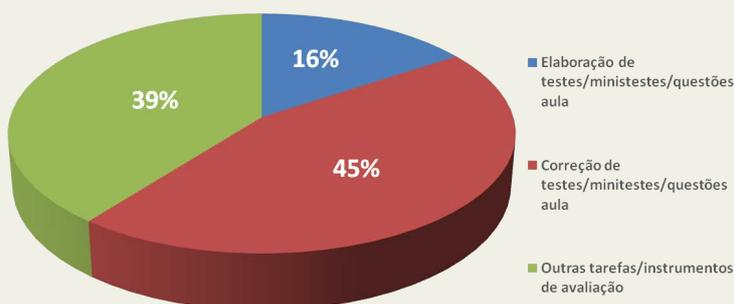


Figura 2 - Distribuição percentual do tempo despendido na avaliação

Horários da Educação Especial não podem pôr em causa o apoio aos alunos com dificuldades acentuadas

▪ **Jorge Humberto Nogueira**

┆ Dirigente Sindical E. Especial ┆

Nos artigos 8.º a 12.º, do DL n.º 54/2018, a intervenção direta dos docentes de educação especial, DEE, é mobilizada para alunos com necessidade de Educação Especial e Medidas Adicionais, que terá 22 horas letivas, quer seja em turma, em grupos de nível, unidade especializada, ou outros contextos educacionais e sociais.

Na componente não letiva, a lei atribui-lhes responsabilidades na avaliação especializada dos alunos sinalizados, fazendo parte da equipa variável da EMAEI, onde articulam com os restantes intervenientes, técnicos, docentes, instituições, entre outros, bem como na elaboração dos RTP, PEI e PIT, e acompanhamento da implementação das respetivas medidas.

É necessário ainda ter em conta que, tendo os DEE direito a redução da CL, muitos Agrupamentos estão a completar a CNL com apoios, o que resulta, na prática, no preenchimento das mesmas 22 horas com alunos.

Não nos podemos esquecer que o trabalho direto com alunos exige preparação e planificação, à semelhança dos restantes professores, sendo necessária uma carga horária correspondente na CNL, no âmbito das 35 horas totais.

A isto acresce o baixo número de DEE em cada Agrupamento, o elevado número de alunos na CL e CNL e toda a sobrecarga que isso acarreta. Somam-se muitas

situações de itinerância entre estabelecimentos, devido à dispersão geográfica e o número de escolas em muitos locais. Ao não haver equipas multidisciplinares, psicólogos e assistentes operacionais para uma intervenção de equipa, o trabalho dos DEE torna-se ainda mais isolado e difícil, com consequências na qualidade do apoio específico.

Mas, para além do referido, as funções atribuídas ao DEE contêm uma outra componente mais ampla, que envolve o apoio à aprendizagem e à inclusão, no acompanhamento a docentes, cooperação e articulação com equipas multidisciplinares e serviços da comunidade, “enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação”.

Esta dimensão é apresentada no preâmbulo da lei como um “reforço” da intervenção dos DEE. Isto resulta na exigência de que, para além das 22 horas de trabalho direto com alunos e da CNL correspondente, estes professores tenham de colaborar com as estruturas escolares em processos de inclusão e estratégias de diferenciação, para a generalidade dos alunos, concretamente os que beneficiam de medidas seletivas e universais. Resta saber quando, como e onde, poderá o professor desenvolver a tal componente mais ampla de promotor da inclusão.

Este tipo de atribuições não pode ser exclusivo do DEE, pois todos

os professores são professores de inclusão e todos devem ter momentos de articulação e reflexão para esse desígnio, sem que isso tenha consequências no tempo disponível para apoiar diretamente aqueles casos que necessitam.

Por tudo isto, a gestão da CL e CNL tem de ser realista e suficientemente flexível para o que se pretende, não se podendo esperar que um conjunto tão vasto de funções, assente numa sobrecarga de trabalho e de horas, que facilmente excedem o limite, ou que tenha custos na resposta específica a alunos, sob o pretexto de que agora os DEE são para uma ideia generalista de inclusão.

A desejada flexibilidade de horário deve ter em conta as diferentes realidades dos Agrupamentos, definindo o que se pretende dos DEE e quanto tempo é necessário para cada atribuição, dentro de um desígnio tão exigente e ambicioso, mas nunca podendo perder de vista a intervenção direta nos casos de alunos com necessidades específicas graves, seus professores e pais.

Reforçar e ampliar as competências por via da lei, não pode colocar em causa o cumprimento dos horários laborais e deve ter um correspondente reforço de recursos, nomeadamente o aumento do número destes profissionais em cada escola e a existência de equipas, de acordo com as necessidades reais. ■



Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias

Condições de trabalho e carreira no EPC

• Pedro Nunes

| Dirigente Sindical EPC |

Volvidos sete anos após a caducidade do último Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) acordado entre FENPROF e a AEEP, foi possível assinar, em outubro de 2022, uma nova convenção, desta vez já com a CNEF, que integra a AEEP e a ANESPO.

Este novo acordo só foi viável após várias reuniões que, entretanto, se arrastaram no tempo, devido, em grande parte, à intransigência contínua da associação patronal face às diversas propostas que a FENPROF foi apresentando em sede de negociação.

Simultaneamente, também contribuíram para esse impasse permanente nas negociações, a FNE e outras organizações sindicais que desde logo, em 2014, começaram por dar o braço à associação patronal ao concordarem, de forma incompreensível, com a possibilidade do aumento dos horários letivos dos docentes dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário para 1320 minutos.

No seguimento desta medida, houve a assinatura de várias convenções coletivas na última década que, em muito, degradaram as condições de trabalho e carreira dos docentes deste setor de ensino, indo ao encontro da política de muitas entidades empregadoras,

no sentido do lucro fácil à custa dos seus trabalhadores docentes e da perda de direitos dos mesmos.

Para além do enorme aumento do horário letivo (até cerca de 4 horas semanais), os docentes do ensino particular e cooperativo continuam sujeitos a uma componente não letiva de estabelecimento excessiva e pouco tempo para desenvolverem o seu trabalho individual.

Ainda na senda da colaboração FNE/CNEF, os professores foram confrontados com mais normas gravosas como a implementação de bancos de horas, várias pausas no horário ao longo do dia que não são consideradas tempo de trabalho, a possibilidade da redução da retribuição pela diminuição do número de alunos e a diminuição do horário letivo para as horas inicialmente contratadas, de forma unilateral, a não contabilização de todo o tempo de serviço para progressão na carreira e o aumento da duração da mesma, de 34 para 40 anos.

Todas estas medidas têm vindo a refletir-se no desgaste enorme evidenciado pelos professores deste setor, levando à fuga de muitos destes para o ensino público ou até para outras profissões e, por outro lado, na dificuldade que muitas entidades patronais têm tido na contratação e manutenção de novos professores, pondo desta forma em causa a qualidade de ensino.

Apesar de tudo isto, o SPGL e os restantes sindicatos da FENPROF mantiveram-se fiéis aos seus princípios na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores que representam e nunca desistiram de lutar por um novo CCT que dignificasse a função docente no ensino particular e cooperativo.

Assim, tendo sempre em conta a auscultação aos seus sócios perante o desenrolar do processo negocial com a CNEF e dado o longo tempo sem a vigência de um CCT, o que vinha prejudicando os docentes principalmente em relação à progressão na carreira e respetivas atualizações salariais, considerou a FENPROF ser importante a assinatura do acordo obtido em 2022.

Comprometeu-se também, naquele momento, a apresentar futuramente novas propostas para melhorar aquilo que não foi possível anteriormente, estando em curso, desde há alguns meses, um novo processo negocial que tem como prioridade a recuperação de tempo de serviço, a melhoria do reposicionamento na carreira para os professores do ensino profissional, a alteração da organização do horário letivo dos docentes do ensino artístico especializado e a recuperação do poder de compra dos professores através de aumentos salariais.

Dado o interesse público da função dos docentes do ensino particular e cooperativo, o SPGL e a FENPROF, como sempre têm demonstrado, continuarão a pugnar

pela aproximação das condições de trabalho, carreiras e remunerações aplicadas neste setor às dos docentes do ensino público. ■

Versão integral em

<https://www.spgl.pt/condicoes-de-trabalho-e-carreira-no-ensino-particular-e-cooperativo>

Condições de trabalho e carreira no E. Artístico Especializado (EPC)

▪ **Dulce Marçal**

| Dirigente Sindical EPC |

Neste momento, em muitas escolas de Ensino Artístico Especializado, os professores que trabalham em estabelecimentos privados, com protocolos do Ministério de Educação, foram confrontados com a disposição, em CCT, de um horário até às 29h, configurando, assim, um aumento brutal de tempos letivos. Esta situação altamente penalizadora, como referi no 14.º Congresso, não teve em consideração as condições destes professores que ficaram prejudicados, não só em relação aos seus pares (professores que trabalham em colégios privados), como também em relação aos colegas do EAE que trabalham em estabelecimentos públicos.

Sublinhe-se ainda que, ao horário letivo regular, acrescem as imensas horas extra, disponibilizadas por estes professores no sentido de obterem um aperfeiçoamento artístico elevado nas suas classes.

Tal facto prende-se com a especificidade dos alunos que frequentam estas escolas de música privadas, dedicadas a alunos que não são, à partida, vocacionados para um ensino especializado (e também por isso não conseguem entrar nos Conservatórios estatais), frequentando, na sua generalidade, uma escola de ensino académico, em regime articulado. No entanto, são direcionados para um trabalho de repertório musical idêntico aos dos Conservatórios públicos, sendo que muitos destes alunos

conseguem finalizar o seu percurso musical nestas escolas e serem admitidos no ensino superior, a par dos alunos dos Conservatórios e escolas profissionais.

Por outro lado, os alunos que não pretendem seguir os seus estudos musicais a nível superior, ficam com ferramentas musicais que lhes permitem, não só nutrir o gosto pela música, como criar um espaço de satisfação e crescimento pessoal.

Ora, estes processos de aprendizagem só são possíveis devido à extrema dedicação em esforço e tempo, denotando um verdadeiro espírito de missão, da parte dos professores destas escolas.

Numa resenha esquemática, a organização dos cursos especializados de música divide-se entre turmas e aulas individuais de instrumento. Os professores das classes dadas em grupo (como formação musical, iniciação musical, coros, ensembles, consortes, orquestras, análise e técnica do som, composição, história da música e oferta complementar) adequam o seu programa, fazem pesquisas para relacionar o que ensinam com interesses das suas classes. Muitas vezes organizam idas a teatros ou concertos para complemento da matéria que estão a lecionar.

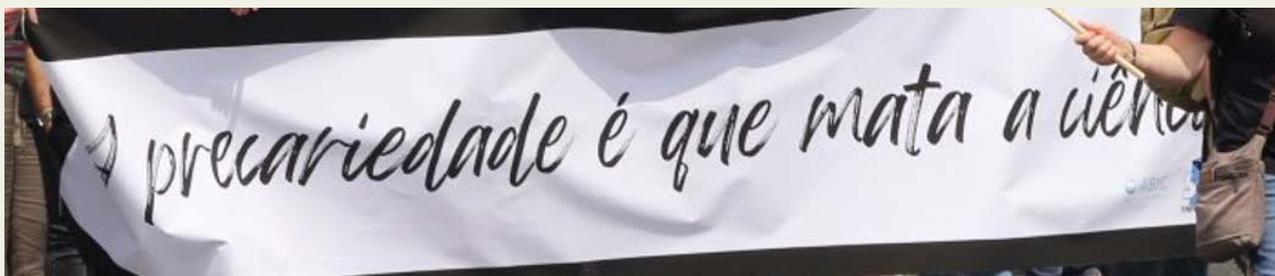
Em relação aos professores de instrumento, cada classe comporta entre 22 a 30 alunos. Se, aparentemente, o número de alunos é reduzido, importa realçar que o trabalho individual é um trabalho psicológica e pedagogicamente exigente. De facto, cada aluno re-

presenta um programa diferente e único a ser escolhido e trabalhado. Por outro lado, a interação entre professor e aluno assume dimensões pedagógicas que vão da metodologia específica, organização pessoal do tempo (cada vez mais as crianças têm pouco tempo disponível e têm dificuldade em se organizar para estudar o seu instrumento), estudo acompanhado e de uma disponibilidade afetiva que tem de estar sempre presente.

A especificidade do EAE, evidencia que o horário lectivo dos professores deste setor comporta um empenho, esforço e tempo que vai muito para além das 22h consagradas no anterior CCT. Realmente, já com o anterior horário letivo era exigida aos professores das escolas privadas de música uma disponibilidade de tempo superior, de forma a assegurar um nível de ensino artístico que pusesse em pé de igualdade os alunos de sistemas diferentes – dos Conservatórios públicos e das escolas privadas. Temo que, ao se permitir o aumento da carga horária letiva, seja todo este edifício de dedicação, exigência e qualidade posto em causa, caminhando-se não só para a degradação das condições de trabalho e de vida dos seus profissionais, como para o afundamento progressivo da qualidade do sistema do ensino vocacional da música. ■

Versão integral em

<https://www.spgl.pt/condicoes-de-trabalho-e-carreira-no-ensino-artistico-especializado>



Ensino Superior e Investigação Científica

Professores precários no ensino superior? Isso existe?

• João Cruz

Dirigente Sindical E. Superior e Investigação

Na área geográfica do SPGL existem hoje 16 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 26 privadas. Nas IES públicas civis aplicam-se, para contratar os trabalhadores afectos à docência e à investigação, três estatutos de carreira legalmente estabelecidos: i) o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP); ii) o Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU); iii) o Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC). Nas IES privadas as entidades patronais contratam professores e investigadores usando regulamentos da sua própria lavra, para categorias, funções, remunerações e tipos de contratos de sua alta recreação, porque não existe um Estatuto que regule este sub-sector, e a “lei da selva” tem sido bem tolerada. Também se praticam contratações fora da lei nas IES públicas. Centremo-nos só nos docentes das Universidades e dos Institutos Politécnicos Públicos. Nas IES públicas, apesar de ali vigorarem os Estatutos das Carreiras legais, também se fazem contratações fora da lei, fintando os ditos Estatutos ou, mais doutamente, abusando das categorias que, apesar de estarem definidas nos Estatutos das Carreiras, não permitem

ao trabalhador fazer uma carreira. Parece paradoxal, mas o Ensino Superior é terreno de muita inventiva e sofisticada semântica. O ECPDESP e o ECDU, que são em grande medida Estatutos gêmeos, possuem capítulos dedicados a definir o que é, para que serve e como se contrata o “Pessoal Especialmente Contratado”, que abarca as categorias de monitores, assistentes convidados, professores convidados e professores visitantes. Quem for contratado para uma destas categorias pode trabalhar a tempo integral ou a tempo parcial e é recrutado por um processo simplificado que, na maioria das instituições, apenas requer a assinatura de um ou dois professores de carreira e o visto bom do Conselho Científico da escola, o que na maioria dos casos é uma mera formalidade automática. Na maior parte das instituições também se aplicam limites ao número de contratos consecutivos que uma mesma pessoa pode ter como “convidado” ou “visitante”. As pessoas assim contratadas não podem fazer “carreira” na instituição que os contrata porque é suposto tratarem-se de profissionais ou técnicos altamente especializados que são necessários para lecionar módulos muito específicos ou raros e relativamente marginais nos cursos de graduação ou pós-graduação. Também é esperado que não de-

sempehem funções permanentes da instituição.

As IES mais zelosas abrem a cada ano uma base de recrutamento. É uma figura legal que permite a pessoas com habilitações e competências especiais manifestarem a sua disponibilidade para leccionarem como docentes convidados nas Universidades e Politécnicos. Permite fazer uma lista atualizada de pessoas capazes e escolher de entre estas. Mas muitas instituições ainda evitam aplicar as bases de recrutamento e preferem recorrer exclusivamente às agendas de contactos pessoais dos diretores de departamento. É uma alternativa mais “amigável”, limitada e opaca. Mas a realidade que encontramos nas IES está longe deste pacífico quadro de relacionamentos laborais. As IES foram ao longo dos anos aprendendo a abusar das figuras dos monitores, assistentes convidados e professores convidados para contratarem pessoas, à sombra daquelas categorias, para realizarem o trabalho de professores de carreira ou, num registo sombrio completamente segregado, para remunerar e conceder privilégios dentro de grupos de poder graças à possibilidade de recrutamento simplificado. A comunidade académica refere-se ao primeiro cenário como o dos “falsos convidados”. O segundo cenário chama-se “a família”.

Os “falsos convidados”, sejam monitores, assistentes ou professores convidados, são atirados para serviços que incumbem a professores de carreira, muitas vezes realizando o mesmo número de horas letivas, ou até mais, recebendo um salário a tempo parcial. A maioria das instituições aceita que um convidado contratado a 30 ou 50% possa lecionar o mesmo que um professor de carreira a tempo integral, aceita que um monitor leccione integral e não acompanhado semestres completos, e que os convidados façam orientações de mestrado e doutoramento, avaliações, júris de avaliação, investigação, sejam regentes de cadeiras e coordenadores de cursos, etc. Tudo por uma fração do vencimento. Tudo obediente e incontestadamente porque a renovação ou não renovação do contrato anual está dependente de uma assinatura. Não raramente é possível detetar relações de dependência em que o falso convidado não se cansa de dar aulas de substituição, em qualquer horário e dia da semana, escrever artigos científicos ou manuais para o seu patrono assinar ou aparecer como primeiro autor. Não raramente encontramos o mesmo convidado anos ou décadas sucessivas contratado a realizar sempre o mesmo trabalho. Trabalho que, evidentemente, não é marginal nem pontual na instituição. Muitos eternizam-se nestas condições mediante a desgastada promessa de acesso à carreira, por um concurso mil vezes anunciado mas que nunca ocorre devido a um qualquer malvado detalhe burocrático cujo tutor não conseguiu controlar. Amíúde, quando o falso convidado ousa discordar sonoramente da figura tutelar ou recusa-se a realizar mais uma tarefa não remunerada, vê evaporar-se da noite para o dia a “especifica competência científica” que em tempos foi alardeada para fundamentar a sua contratação. Não volta a ser contratado.

Dado o melindre das condições a que está exposto o “pessoal especialmente contratado”, a Agência de Acreditação do Ensino Superior e a Direção Geral do Ensino Superior estabeleceram limites máximos às contratações destas

figuras. Além do limite aos contratos sucessivos, as IES que queiram lecionar licenciaturas e mestrados não podem ter mais 40% dos docentes contratados como convidados e as que querem estar autorizadas a lecionar doutoramentos não podem ter mais de 25% do pessoal docente nas categorias de convidado. No entanto as IES aprenderam a contornar os limites, umas vezes contabilizando o pessoal docente convidado pelo número de indivíduos e outras vezes pelo número de docente-equivalente-a-tempo-integral. Noutras ocasiões fazem o trabalhador saltitar entre contratos sucessivos diferentes para interromper ou iludir a contagem do tempo: a cada contrato ocupam uma categoria diferente ou uma percentagem contratual diferente ou mesmo alternam contratos anuais com semestrais.

Mas a inventiva das IES não des cansa nem vê limites. Muitas aprenderam a arrastar bolséis de doutoramento ou pessoas com contrato de investigador a termo certo para a assinatura de contratos como “assistente convidado a tempo parcial de 0%” ou professor auxiliar convidado a 0%” (sim, zero por cento). Com poderes encantatórios ou persuasivos suficientes, e promessas qb, conseguem um trabalhador capaz sem ter de remunerar o seu trabalho. E este pode trabalhar um número muito significativo de horas por semana mesmo estando a 0%. É certo que alguns contratos de bolsa ou de trabalho para a investigação científica estipulam que o trabalhador trabalha a tempo integral e regime de exclusividade mas não lesa o seu plano de trabalhos nem quebra a exclusividade se lecionar até 4 horas por semana numa disciplina da sua área de formação. Mas não dizem que aquelas 4 horas são gratuitas.

Ao meio sindical chegam de quando em vez relatos de IES que, para evitar os incómodos de contratar falsos convidados, contratam parte dos docentes sob a capa de conferencista prestador de serviços, pago a recibos verdes. Aqui nem se estabelece um vínculo, é uma mera prestação de serviços.

Os falsos convidados precários estão institucionalizados entre os

professores dos Politécnicos e das Universidades graças ao abuso dos Estatutos por parte destas Instituições. Na maioria dos casos o abuso tem motivos orçamentais, mas também abundam as motivações relacionadas com a preservação de um contingente de trabalhadores subservientes à disposição e com o exercício do poder discricionário. Estes são os precarizados entre os docentes do ensino superior.

A existência de um exército de falsos convidados que suporta o sereno funcionamento das IES é ainda usado pelas cúpulas destas para ali dissimular os casos da “a família”. As figuras estatutárias dos docentes convidados são usadas para criar empregos de retiro ou de resguardo para indivíduos pertencentes a grupos de interesse influentes. Indivíduos que cumpriram missões sacrificiais ou com grande fidelidade ao grupo algures e previamente. Dependendo do relevo da sua missão, do poder do seu grupo, ou do desejo de o resguardar, podem ser contratados como Professor Catedrático Convidado a tempo integral, ou como Professor Auxiliar a tempo parcial. Se não forem titulares do grau de doutor, podem ser granjeados com a certificação de “reconhecido especialista” por parte do Conselho Científico da unidade orgânica que se sente compelida a contratá-lo, e assim são equiparados a Professor. O lugar pode ser mais ou menos dourado, mas regra geral está associado à lecionação de disciplinas opcionais e com poucos alunos inscritos.

“A família” também abusa da figura do pessoal especialmente contratado para recrutar rápida e discretamente indivíduos a quem quer conceder o privilégio de criarem um currículo prestigiante em pouco tempo, via trampolim, geralmente para ficarem em posição vantajosa num procedimento concursal vindouro ou para lhes facilitar o acesso precoce a altos cargos. Como é fácil de entender, os dois perfis típicos da “a família” nada têm que ver com as agruras do dia-a-dia dos falsos convidados. São joio e trigo. ■



© José Frade / Museu do Aljube - Resistência e Liberdade

“Revolução”

Uma exposição, no Museu do Aljube, que vale a pena (ainda) ver

Lígia Calapez
Jornalista

Termina em 31 de dezembro, no Museu do Aljube-Resistência e Liberdade, a exposição temporária “Revolução”, fruto de um concurso de ilustração em que participaram mais de 100 artistas, com cerca de 200 trabalhos (um “resultado incrível”, como é salientado pelos seus organizadores). Uma atividade que se inscreve entre várias iniciativas culturais de celebração dos 50 anos do 25 de Abril.

«A opção pelo tema “Revolução”, no sentido mais lato, foi deliberada. O interesse seria perceber para que universo os artistas seriam remetidos através deste mote, a partir deste museu”, refere Rita Rato, diretora do Museu.» Esta exposição, como outras atividades do Museu, constitui igualmente uma homenagem a “todas as mulheres e homens que resistiram com coragem, partilhando a sua arte e permitindo que a nossa existência, hoje, em liberdade

fosse possível”, como sublinha Rita Rato. Apesar da censura e da repressão, “A criatividade e o desejo de liberdade continuaram a inspirar muitos intelectuais e artistas democratas. Enfrentando este feroz aparelho repressivo, muitas mulheres e homens continuaram corajosamente a criar as suas obras”. A exposição “Revolução” – uma mostra dos trabalhos dos participantes no concurso – traduz também a expressão, em liberdade, dessa mesma criatividade. Vale a pena ver!

1º lugar | Cinara Santos Paralta Pisco

Pseudónimo: Cinara Saiónára

Título de ambas as ilustrações: «A Liberdade é uma Planta»

2º lugar | Carina Sofia Semedo Tavares

Pseudónimo: Ana Santos

Ilustrações: sem título

3º lugar | Sara Mariana Filipe da Silva

Pseudónimo: Sara Filipe

Títulos:

Ilustração 1 «Iran memories»

Ilustração 2 «Keep the state out of women’s lives» ■

Participa no 2.º concurso de ilustração

O Museu do Aljube lança, mais uma vez, o desafio a todos os que através da ilustração expressam a sua criatividade. Participa no segundo concurso de ilustração com o tema «**Democracia e Liberdade**» e celebra os 50 anos do 25 de Abril!

1 NOV 2023 - 31 MAR 2024

Para esclarecimentos

e inscrições:

educaljube@museudoaljube.pt



© Jorge Caria / FENPROF

Manuel Gusmão, um lutador, um poeta

| Évora , 11/12/1945 - Lisboa, 9/11/ 2023 |

Rita Magrinho
Sócia n.º 12

Licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com tese dedicada à poesia dramática de Fernando Pessoa, Manuel Gusmão fez o doutoramento sobre a poética de Francis Ponge, em 1987, autor que traduziu para português. Professor universitário, ensaísta, poeta, crítico e tradutor, foi autor de ensaios e prefácios de obras de Fernando Pessoa, Carlos de Oliveira, Herberto Helder, Luísa Neto Jorge, Maria Velho da Costa, Gastão Cruz, Sophia de Mello Breyner Andresen, José Saramago, Nuno Bragança, entre outros. Manuel Gusmão participou empenhadamente na luta contra o regime fascista. Militante do PCP assumiu inúmeras tarefas e responsabilidades, tendo sido membro do Comité Central e dirigente do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa, deputado na Assembleia Constituinte e na primeira legislatura da Assembleia da República. Sócio fundador do SPGL integrou a

Comissão Instaladora Provisória e a primeira lista à Comissão Directiva Provisória (CDP) sob o lema “Por um sindicato único, Pela unidade de todos os professores”, sufragada em Julho de 1974.

Integrou as redações das revistas “O Tempo e o Modo” e “Letras e Artes”, trabalhou no “Jornal Crítica”, foi coordenador editorial da revista “Vértice”, dirigiu a revista “Caderno Vermelho” e foi fundador das revistas “Ariane” (Revue d’Études Littéraires Françaises) e “Dedalus” da Associação Portuguesa de Literatura Comparada.

Como poeta, lançou, com 45 anos, a sua primeira obra, “Dois Sóis, A Rosa - A Arquitetura do Mundo”. Seguiu-se “Mapas, o Assombro a Sombra”, prémio Pen Club para melhor obra de poesia, em 1997 e o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores e o prémio de poesia Luís Miguel Nava relativos a 2001 com “Teatros do Tempo”. Foi autor de o libreto “Os Dias Levantados” para a

«**Agora**, vamos entrar. Escrevam aí: se o trabalho não é cidadania a cidadania não é inteira.»

Os Dias Levantados (1998)

ópera de António Pinho Vargas nos 25 anos da Revolução de Abril. Em 2011 recebeu o Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho por “Tatuagem e Palimpsesto” e, em 2014, o prémio de poesia António Gedeão, instituído pela FENPROF, pelo “Pequeno Tratado das Figuras”. Em Fevereiro de 2019 recebeu do Governo português a Medalha de Mérito Cultural em reconhecimento do “inestimável trabalho de uma vida, dedicada à produção literária e à poesia”.

Que outra forma melhor haverá para a nossa homenagem que não seja a leitura de palavras de Manuel Gusmão?

«Quando não estás a olhar é o mundo que te olha. Nunca saberás o que vê.»

A Terceira Mão (2008)

«A poesia pode ser uma forma de resistência. Pode sê-lo. Sempre por definição, ou seja, em determinados contextos, sociais, políticos, culturais. Hoje, em alguns lugares em que a história da modernidade de longa duração continua a vir e a inscrever-se nos tempos, alguma poesia continua a resistir. Ela resiste à quantidade de barbárie que em cada tempo insiste. Ela lê em cada tempo quais as ameaças e, consoante o seu teor, o seu perigo, por um lado, o seu modo de oposição e o desejo que trabalha a poética, responderá. Ela preserva, assim, aberto ao humano, o reino da possibilidade e das transformações. Dizer que a poesia resiste é afirmar que ela é uma específica resistência à sua completa apropriação pela mente ou pelo espírito. É pensar a materialidade do seu fazer (poiesis e poiema), retirando-a do campo de acção de qualquer política do espírito».

A Foz em Delta (2018)

«À esquerda e a meia altura da folha colocada na vertical, o artista desenhou um pulso com a sua mão articulada, deitada aberta /para trás.
Deixou-a ali à espera de algo que viria nela poisar, apoiar-se, confiante, nela. E veio. E agora está lá desde sempre: uma cabeça /feminina
— firme e desenhada com a minúcia da /ternura —
com aquele olhar
velado, em frente
que dá a ilusão de ser a ti que olha.»

Pequeno Tratado das Figuras (2013)

«Nós, na “tradição dos oprimidos” (Walter Benjamin), aprendemos a não ceder aos desastres, aprendemos a trabalhar para estoirar o tempo contínuo das derrotas e a perscrutar os momentos em que algo de diferente foi possível, mesmo que por umas semanas ou meses ou décadas. O trabalho da esperança que magoa ensina-nos que o que foi possível, e logo derrotado, será possível (de outra forma), outra vez»

Uma Razão Dialógica (2011)

«O velho dançarino dança imitando a árvore que o vento abraça
Enquanto um braço que ondeia e a mão que lança formam a folha que se desprende e voa, o outro braço desce em voltas ao longo do tronco em desequilíbrio
Assim, as folhas hesitam ou caem na horizontal ou descem enlaçadas as estantes do ar.
O velho dança-se como se fosse uma árvore ou uma aérea folha que andasse e saltasse apanhando nos céus entre as nuvens um avião que ao sabor do vento voava ou florindo o pára-quadras docemente caísse e se afundasse num dos olhos do quarto minguante
cavalga o velho dançarino o avião aventureiro de Paris até Pequim, com os joelhos aperta sob si a fuselagem da veloz montada, empina-lhe o focinho e ao sol o aponta; puxa as rédeas e debruça-se sobre as crinas que disparam como os relâmpagos de uma rosa eléctrica, uma estrela pulsar que com o vento, iluminava a noite.»

Pequeno Tratado das Figuras (2013)

«Em Abril, o tempo saiu enfim dos eixos. O levantamento militar desviava o tempo contínuo, repetitivo e aparentemente imóvel - o tempo da ditadura, do fascismo. E então as gentes não esperaram em casa. Os militares e o inúmero povo miúdo vieram ao encontro do encontro. Ao encontro da liberdade livre e da democracia como emancipação a fazer-se pelos próprios. Ao encontro da história como conflito dos possíveis, como destinação que se constrói e não como submissão a um destino. E então foram mil rios por ruas e praças, por campos e campos, a céu aberto.

De Abril, dia 25, ao 1º de Maio foi uma semana em que renascíamos; um arco entrançado e intenso que visava o futuro.

Então, no dia 1º de Maio de 1974, os rios de Abril reuniram-se: era um mar de gentes. O dia do trabalho e da luta reencontrava a alegria e a esperança. Maio confirmava o sentido de Abril e deixava o selo de quem trabalha, no pacto nascente. (...)

Nenhuma denegação posterior apagou o brilho vibrante do que aconteceu. Nada apagará a promessa. Ninguém fechará o céu aberto.»

Caderno Vermelho n.º 7 (1999)

Dia Internacional pelo fim da violência contra as mulheres

Grupo de Trabalho da Igualdade (SPGL)



No dia 25 de novembro assinalou-se o dia internacional pelo fim da violência contra as mulheres. Esta data foi instituída pela resolução 52/134 da ONU no dia 17 de dezembro de 1999. A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou oficialmente o 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, em homenagem à luta de “Las Mariposas” – nome clandestino das irmãs Mirabal que lutaram contra o regime ditatorial de Rafael Leónidas Trujillo na República Dominicana. Hoje em dia assinalamos este dia para lembrar que estamos longe do fim da violência contra as mulheres, quer pelas guerras que alastram no mundo, onde as maiores vítimas são mulheres e crianças, quer pela impossibilidade de acesso à educação, saúde, emancipação e mercado laboral. Com efeito, muito do trabalho desenvolvido por mulheres continua a ser mal pago e precário. Ao desempenho laboral e mal remunerado acrescentamos todo o trabalho não pago, ainda realizado maioritariamente por mulheres, nomeadamente as tarefas domésticas e (de cuidadoras) que crescem muitas horas de trabalho aos dias.

As mulheres continuam a ser as maiores vítimas de violência doméstica e a ter as maiores dificuldades em reorganizar a vida porque, ao serem obrigadas

a fugir aos agressores, têm de deixar as suas redes de apoio para recomeçar do zero, procurar novos empregos, habitação e inserção social.

Tem havido algum investimento nesta área, nomeadamente ao nível da formação de profissionais de segurança. No entanto, é necessário continuar a investir na educação, na alteração de paradigmas e estereótipos que mantêm e reforçam os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Para a violência contra as mulheres, que teima em não ter fim, também é necessária uma luta contínua pelo fim das desigualdades, do racismo e da xenofobia que acentuam ainda mais a violência contra as mulheres numa dupla e tripla discriminação.

Enquanto agentes da educação, temos a responsabilidade e o desafio da mudança e de contribuir para o fim destas formas de violência, alertando e preparando crianças e jovens para um mundo sem estereótipos, onde cada criança e jovem saiba que a dimensão da sua atuação no mundo e no seu futuro não fique confinado ao seu género, mas que as potencialidades que poderão vir a desenvolver estejam de acordo com a capacidade de ser e fazer, sem determinismos sociais ou imposições limitativas do desenvolvimento das várias dimensões da vida.

É inegável que a sociedade tem evoluído, mas as violências permanecem

pelo machismo que ainda perdura na sociedade e que impede que as mulheres sejam, muitas vezes, vistas em plano de igualdade. As múltiplas e triplas tarefas e o cuidado com os outros – crianças e idosos a cargo – limitam a sua participação em algumas esferas da vida pública e política. Os horários praticados não têm em conta estas impossibilidades, tendo como consequência inviabilizar a participação e o exercício de cargos.

As violências contra as mulheres são múltiplas: física, psicológica, assédio, discriminação salarial, racial, xenófoba e tantas outras. Violências estas que, apesar das denúncias, acabam tantas vezes em femicídios. Não, não está tudo feito. Não, as mulheres ainda não têm os mesmos direitos e a cada dia surgem ameaças a direitos conquistados através de muitas lutas.

O capitalismo, os retrocessos civilizacionais através de políticas de direita que grassam em todo o mundo põem em perigo os avanços em termos de igualdade e das questões de género. Não está tudo feito, a luta tem de continuar. Devemos permanecer vigilantes e atuantes, porque os direitos de umas são a dignidade de todas e de todos. Enquanto houver uma mulher sem direitos, vítima de violência, inferiorizada e maltratada, a luta é uma responsabilidade que nos assiste a todas e a todos enquanto sociedade humana. ■

A voz a quem entra

À conversa com Luís Martinho

Luís Martinho tem 26 anos. É professor há quatro anos e, apesar de ter habilitação profissional, continua sem conseguir ter acesso à carreira. É professor contratado no Agrupamento de Escolas Queluz-Belas, o maior agrupamento de escolas do concelho de Sintra.

Sara Covas
Dirigente Sindical



Sara Covas: Tens quantas turmas?

Luís Martinho: Oficialmente, são doze turmas. Cinco turmas de Filosofia. Sete turmas de Psicologia. As turmas de Psicologia estão juntas por turnos: cinco turmas num turno, duas turmas noutra turno.

S.C.: O que deu em quantas reuniões intercalares?

L.M.: Deu em 12 reuniões. Tendo em conta que cada reunião pode durar até 2 horas, traduzia-se numa média de 6 a 10 horas de reuniões, dependendo do ritmo e da especificidade de cada turma.

S.C.: É um excesso de trabalho que se traduz em muito pouco.

L.M.: Em muitíssimo pouco. Traduz-se em sobretrabalho que não possui conteúdos palpáveis, muito menos fecundos. O melhor tipo de trabalho é aquele para o qual sobra sempre pouco tempo, e contra o qual inúmeras distrações burocráticas obstam: o trabalho com os alunos

S.C.: A greve ao sobretrabalho é uma das nossas lutas. Achas que a organização do calendário escolar em semestre fez aumentar o sobretrabalho?

L.M.: A organização do calendário escolar em semestres aumenta, no geral, a carga de trabalho — proporcionalmente, aumenta o sobretrabalho. Temos mais reuniões, fazemos mais atas, mas não acompanhamos mais os alunos na aprendizagem, nem dentro, nem fora da sala de aula. Passamos mais tempo agarrados a computadores, em plataformas, a tratar de papelada.

S.C.: Há formação no mestrado em ensino de Filosofia para lecionar Psicologia?

L.M.: A formação no mestrado em ensino da Filosofia é altamente localizada. Ou seja, não é dirigida para o ensino da Psicologia, Da Área de Integração (disciplina que também lecionamos), nem mesmo para o próprio ensino da Filosofia. Como está montada atualmente, consiste em cadeiras avulsas, ora científicas, ora didáticas, mas em momento algum, exceptuando o momento pedagógico do mestrado em ensino, existe uma orientação pedagógica para a prática de ensino. Durante a licenciatura de Filosofia não temos oferta de cadeiras de Psicologia, para frequentarmos. No mestrado temos uma, unicamente: Psicologia do Ensino. Como o nome indica, em nada reflete o teor científico das aprendiza-

gens essenciais específicas da Psicologia. Área de Integração é outro caso flagrante. Por se tratar de uma disciplina de teor rapsódico, que mescla saberes de Economia, Geografia, Geologia, Biologia, Geopolítica, professores de Filosofia que leccionem Área de Integração, à semelhança da leccionação da disciplina de Psicologia, estão bastante mal preparados.

Podemos ser cidadãos do mundo, e, na generalidade, seres curiosos, porém, isso não substitui uma formação científica nessas áreas, e representa, para o professor, um duplo esforço de aprendizagem. Por ter de aprender saberes com os quais não está de modo algum familiarizado.

S.C.: Estás sindicalizado há um ano. É importante para ti?

L.M.: É. Foi algo que estava planeado há alguns anos. Concretizou-se na altura correta. Não somos espectadores no grande palco do mundo que assistem ao desenrolar da história. Somos agentes e ingredientes da história das comunidades humanas. Achei que não servia de nada ficar a pensar como o mundo podia ser melhor. O mundo é também feitura dos Homens, da ação organizada dos Homens. Portanto escolhi sindicalizar-me. ■

XVII ENCONTRO NACIONAL DA APEM 2023

Música na Educação: Inclusão na pluralidade

15, 16 e 17 de novembro - Online
18 de novembro - Fundação Calouste Gulbenkian

O poder transformador da música

“Música na Educação: Inclusão na pluralidade” foi o tema do XVII Encontro Nacional da APEM 2023, realizado nos passados dias 15 a 18 de novembro. Da riqueza das comunicações, aqui damos uma breve perspectiva, com referência a investigação e alguns dos múltiplos projetos apresentados. Muito mais ficaria por dizer.

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues
Jornalistas

“**A** temática que selecionámos este ano para o nosso Encontro Nacional visa colocar em primeiro plano as dimensões ética, política e das práticas pedagógicas que a Música na Educação integra quando falamos na sua potencialidade para a promoção da inclusão”, afirmou Manuela Encarnação, Presidente da Direção da APEM, na sinopse do encontro⁽¹⁾, acrescentando que o “conceito de inclusão ligado à música reforça o papel da música como ferramenta para

promover a inclusão social e cultural em diversos contextos e comunidades no fortalecimento da democracia e do bem-estar”.

Durante o encontro, Manuela Encarnação apresentou um novo projeto da APEM, o **Cantar Mais Liberdade**, que se integra nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Resultado de uma candidatura a “um programa da DGARTES, chamado Arte e Democracia, a que concorreremos e ganhámos”. “Numa frase podemos explicar que o objetivo do projeto Cantar Mais Liberdade é a vivência e a reflexão dos ideais do 25 de Abril nas escolas, a partir da criação e composição coletiva de novas canções, com cantatores em residências artísticas”, considerou.

O Vitorino é o curador deste projeto, que reúne “três turmas de segundo ciclo, em três escolas, que vão receber três cantatores de gerações e estilos musicais diferentes, para criarem três canções, sempre acompanhados também do professor de música dessas escolas”. Essas canções, “com outro repertório também, vão ser depois apre-

sentadas num grande concerto comemorativo no Fórum Lisboa, no dia 26 de maio de 2024”. As canções ficarão disponíveis no Cantar Mais.

Pluriversidade e inclusão

“Eu, pessoalmente, não espero que a música salve o mundo. Mas acredito que projetos como estes, que estão a ser mais e mais desenvolvidos em diversas partes do mundo, podem ser vistos como modelos interessantes para aprender, no sentido de que estão realmente a tentar chegar a uma compreensão de cada um dos diferentes mundos”. Lukas Pairon, fundador da plataforma internacional SIMM (Social Impacts of Music-Making) e cocriador da primeira cátedra académica sobre ação social e produção musical (CE-SAMM / Chair Jonet) nas universidades de UGent e HOGENT, falava assim de **pluriversidade e projetos musicais participativos**. Prefiro “usar o termo pluriversidade em vez de diversidade, porque pluriversidade faz pensar numa multidão de realidades em diferentes

níveis e perspectivas do nosso mundo, económico, social e cultural. Eu também sonho com um mundo que possa ser composto de uma multidão de mundos, um mundo sem uniformidade”.

Os projetos sociais de música participativos representam “um campo de prática social que frequentemente adota essa perspectiva de abraço de diversidade de participantes, que vêm de diferentes situações económicas, sociais e culturais”.

Lukas Pairon apresentou três projetos, entre os diversos existentes. Os Lebedirds⁽²⁾, da Bélgica, que se dedicam a “todos os tipos de música, todos os instrumentos. Os participantes vêm de diferentes origens e situações de vida. A orquestra toca música de diferentes géneros, mas geralmente baseada em improvisações”. A escola do Edward Said National Conservatory of Music⁽³⁾, que reúne “crianças de toda a Gaza para a experiência de fazer música”, e que agora está naturalmente parada. E o projeto Beta Mbonda, da República Democrática do Congo, uma banda de percussão, cujos músicos foram membros de gangues violentos, e que “podem tocar música de quase todas as diferentes regiões do seu país”.

“Perspetivas críticas em Educação Musical” foi o tema da comunicação de Graça Mota, atualmente investigadora sénior no Centro de Investigação em Psicologia da Música e Educação Musical, e cuja ideia de fundo é de alguma modo sintetizada numa frase lapidar: “Nestes tempos terríveis que vivemos, parece-me ainda mais imperativo abrir espaços de diálogo no sentido de caminhar para a construção de uma aprendizagem musical relacionada com a confiança e a empatia entre alunos e professores. E também, por essa via, conceber a formação de professores de educação musical na perspetiva da promoção de um ativismo social e de uma consciência crítica que promova a diversidade, a equidade, a inclusão e práticas artísticas não opressivas”.

Numa perspetiva crítica quanto à educação musical e à formação de professores e de valorização do papel da investigação nessa mesma formação, Graça Mota sublinhou ideias como a “necessária presença da democracia no contexto da educação artística, na me-

didada em que precisamos de estar atentos à expressão da voz dos jovens alunos”. Ou o conceito de compaixão musical “como entusiasmo partilhado”.

Partindo da questão – “como poderemos cultivar a curiosidade, a imaginação, a capacidade de trabalho e o pensamento crítico?” – considerou que um trabalho “centrado em projetos representa exatamente essa possibilidade de criar espaços de discussão e controvérsia que fortalecem e questionam as crenças culturais, sociais e políticas dos estudantes”.

Concluiu com uma nota sobre um projeto de investigação que aborda os 30 anos do ensino profissional de música em Portugal e o seu papel na inclusão sociocultural⁽⁴⁾.

Inclusão pela arte e investigação-ação

“As crianças chegavam cansadas de uma semana exaustiva, algumas não tinham dormido bem, e muitas vezes começávamos aula com uma sessão de alongamentos, por exemplo”. Uma das histórias relatadas por José Duarte Silva e Marija Mihajlovic Pereira, respetivamente professores de violoncelo e de violino, da Orquestra Geração – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (OG-SCML)⁽⁵⁾, numa comunicação em torno de “Os relatos de experiência docente”.

Uma história a que se somaram outras. Como, por exemplo, a de um menino que chegou, querendo “partir tudo”. “Conseguimos convencê-lo a sentar-se e a contar-nos como tinha sido o seu dia. (...) Um dia, do nada, recebemos um grande abraço dele”. Atualmente, “está sempre pronto a ajudar. E, na orquestra, é um músico exemplar”.

Testemunhos concretos que falam do que é o trabalho de um professor de música na Orquestra Geração (“Neste contexto, o professor pode ser considerado também como amigo. Que nós tentamos ser”). De um trabalho em que, passo a passo, se vai promovendo o espírito de grupo, desenvolvendo a capacidade de superar desafios. Priorizando o acolhimento e a colaboração.

Uma aposta – com resultados significa-

tivos – no poder transformador da música e da arte.

“Uma nova perspetiva de educação musical”. Este o desafio apresentado por Ana Luísa Veloso, investigadora auxiliar no INET-md - Instituto de Etnomusicologia - Centro de Estudos de Música e Dança, no polo da Universidade de Aveiro, numa comunicação com o tema “**O Som como Rizoma: Para uma Educação Musical que promova a diferenciação pedagógica e a pluralidade**”.

Uma educação musical em que “a música seja olhada como uma atividade colaborativa e criativa, envolvendo a exploração, a experimentação e uma atitude aberta a todas as possibilidades, a música aberta a todos. A música como algo profundamente relacionado com a nossa vida, como um lugar com múltiplos percursos. A aprendizagem como um processo de diálogo centrada na escuta, na participação e no compromisso”.

Porquê Rizoma? À imagem do conceito biológico do rizoma, mas aqui de forma metafórica, “a ideia central é de algo que cresce de uma maneira horizontal e com várias possibilidades, por oposição a algo que cresce de uma maneira vertical, e num só sentido”. “Eu entendo o som como um contínuo sonoro de possibilidades infinitas, um contínuo que vai desde daquelas ramificações que nos são mais familiares, dentro da música erudita, do pop, do rock, do hip-hop, etc., até aquelas que nos são mais estranhas”, explicitou Ana Veloso.

Esta nova perspetiva de educação musical tem vindo a ser desenvolvida no quadro de dois projetos de investigação-ação. O projeto “Caçadores de Sons”, desenvolvido na associação “Vozes da Infância”, em Aveiro⁽⁶⁾; e o projeto “Sononautas”, desenvolvido na associação “Sonoscopia”, no Porto⁽⁷⁾. ■

⁽¹⁾ <https://www.apem.org.pt/encontros/encontro-nacional/xvii-encontro-apem-2023/>

⁽²⁾ <https://www.lebedirds.be/>

⁽³⁾ <http://ncm.birzeit.edu/en/gaza>

⁽⁴⁾ <https://epamusica.ese.ipp.pt/>

⁽⁵⁾ <https://scml.pt/media/noticias/orquestra-geracao-os-filhos-da-musica/>

<https://scml.pt/media/noticias/orquestra-geracao-adoro-tocar-foi-amor-a-primeira-vista/>

⁽⁶⁾ <https://www.facebook.com/associacaovozesdainfancia/>

⁽⁷⁾ https://www.facebook.com/sonoscopia.associacao/?locale=pt_PT

Ação reivindicativa | NOV/DEZ 2023



Pelo aumento dos salários e das pensões, pelo reforço e melhoria dos serviços públicos e das Funções Sociais do Estado, milhares de trabalhadores participam na Manifestação promovida pela CGTP-IN, em Lisboa e no Porto. Em Lisboa, docentes, integrados na comitiva do SPGL/FENPROF, manifestam-se desde o Príncipe Real até aos Cais do Sodré.

Manifestação Nacional CGTP-IN (11/11/2023)



Ação de Solidariedade: Greve dos Médicos (14/11/2023)



Congresso de União dos Sindicatos de Lisboa (17-18/11/2023)

Por um SNS público, universal e gratuito, comitiva do SPGL/FENPROF marca presença no Ação de Solidariedade com a Greve dos Médicos, convocada pela Federação Nacional dos Médicos. Em Lisboa, a ação realiza-se em frente ao Hospital de Santa Maria.

SPGL participa no 13.º Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa, realizado no Fórum Lisboa, sob o lema “Mais força, Ação e Luta! Com os trabalhadores construir o futuro”. Já antes, no dia 31 de outubro, participou no 12.º Congresso da União dos Sindicatos de Santarém, realizado na cidade do Entroncamento sob o lema “Com a Força dos Sindicatos, mais Salários e contra a Precariedade - Valorizar os trabalhadores do Distrito!”.



Concentração - CGTP-IN (29/11/2023)

Dando continuidade à luta convergente, SPGL/FENPROF participam na concentração promovida pela CGTP-IN, em dia de votação final do Orçamento do Estado. Desfilando desde o Jardim da Estrela e concentrando-se em frente à Assembleia da República, meio milhar de professores, educadores e investigadores rejeita o Orçamento do Estado para 2024, exigindo medidas de valorização da profissão docente e mais investimento na Educação e na Escola Pública.



Plenário Nacional da Administração Pública - Frente Comum (21/11/2023)

Delegados, dirigentes e ativistas sindicais da Administração Pública, designadamente do SPGL e da FENPROF, realizam Plenário em frente à residência oficial do Primeiro-Ministro. Nesta iniciativa exigem, entre outros aspetos o imediato e geral aumento dos salários, a valorização de todas as carreiras da Administração Pública, bem como a revogação do SIADAP e a sua substituição por um sistema de avaliação justo, formativo, equitativo, transparente e sem quotas.



Deslocação ao M.E. (4/12/2023)

Discordando de quase todos os requisitos que parecem ter sido desenhados com vista a excluir o maior número possível de professores que possam beneficiar de alegados apoios à habitação, delegação dos sindicatos da FENPROF deslocam-se ao ME para entregar propostas sobre apoios a docentes para habitação.

Pela reinscrição de docentes na CGA (7/12/2023)



SPGL/FENPROF deslocam-se ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para exigir a resolução do problema criado pela Caixa Geral de Aposentações que, depois de ter permitido e validado a reinscrição de docentes, no final de outubro suspendeu o processo, alegadamente por se encontrar em avaliação.

4 petições pela carreira docente, pela Escola Pública!



Tribunal declara ilegais os serviços mínimos

Depois de declarados ilegais os serviços mínimos impostos, a pedido do ME, para dias de aulas e também para as avaliações finais dos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 10.º anos, e tal como o SPGL e os sindicatos da FENPROF anteciparam e denunciaram oportunamente, foi agora divulgado novo Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL) que declara ilegais os serviços mínimos impostos à greve às avaliações sumativas finais dos anos com provas finais ou exames (9.º, 11.º e 12.º anos).

O Acórdão foi aprovado no passado dia 22 de novembro, tendo sido enviado às organizações sindicais de docentes que tinham convocado aquela greve. Em comunicado conjunto do dia 30 de novembro de 2023, FENPROF e as demais organizações sindicais declaram: «Recorda-se que o recurso a serviços mínimos ilegais foi prática do Ministério da Educação para esvaziar as greves dos professores ao longo de 2023. (...) Prova-se assim, infelizmente tardiamente, que os responsáveis do Ministério da Educação recorreram a expedientes ilegais e antidemocráticos, acrescente-se, para tentarem inviabilizar a luta dos professores. Apesar de terem conseguido esvaziar uma ou outra greve, não conseguiram pôr em causa uma luta que prossegue».



As eleições previstas para 10 de março não fazem os professores abandonar a ação e a luta. Além de outras iniciativas e da participação em protestos mais gerais, o SPGL e os sindicatos da FENPROF estão a levar a cabo quatro petições (assinatura física ou online), a apresentar à futura Assembleia da República:

1. Recuperação do tempo de serviço congelado e ainda não contabilizado para efeitos de carreira - os subscritores peticionam a discussão e a aprovação de iniciativas que permitam recuperar os 6 anos, 6 meses e 23 dias, entendendo que tal deve suceder de forma faseada, em 3 anos sucessivos, a iniciar desde já.

<https://dados.fenprof.pt/index.php/723?newtest=Y>

2. Eliminar a precariedade na Profissão Docente - os subscritores peticionam a discussão e a aprovação de medidas que permitam, efetivamente, pôr cobro ao flagelo da precariedade.

<https://dados.fenprof.pt/index.php/623?newtest=Y>

3. Por um regime específico de aposentação justo e adequado às especificidades da profissão docente - os subscritores peticionam, entre outros aspetos, a aprovação de medidas que consagrem a aprovação de um regime específico de aposentação dos docentes aos 36 anos de serviço, admitindo-se um faseamento até à sua aplicação plena.

<https://dados.fenprof.pt/index.php/523?newtest=Y>

4. Horários de trabalho justos, legais e adequados às funções docentes. Melhoria das condições de trabalho e de aprendizagem nas escolas - prevê a discussão e aprovação de iniciativas que permitam alcançar horários de trabalho justos, legais e adequados ao exercício da profissão docente, bem como melhorar as condições para que se cumpram os objetivos de desenvolvimento, formação e sucesso educativo iminentes ao desempenho dos professores e educadores e à Escola Pública.

<https://dados.fenprof.pt/index.php/823?newtest=Y>

**Participa!
Subscreve!**





José Feliciano Costa
Presidente da Direção Central do SPGL

Somos portadores do projeto de uma escola pública, democrática e organizada, numa sociedade democrática

Onovo quadro político, criado pela demissão de António Costa pelas razões já conhecidas, levaram Marcelo Rebelo de Sousa a tomar a decisão de manter a Assembleia da República. Esta mantém a atual configuração, saída do último ato eleitoral, até à aprovação do Orçamento do Estado para 2024, ficando o governo em gestão até à tomada de posse do novo executivo saído do ato eleitoral já marcado para 10 de março.

A análise da proposta do Orçamento do Estado apresentada pelo governo já foi feita e percebe-se que é um documento muito centrado no lado da receita. É dado grande destaque e ruído à diminuição do IRS nos primeiros 5 escalões e, do lado da despesa, destaca-se o enfoque dado à importância da sua contenção com a justificação do “sagrado” objetivo central das contas certas, ou seja, a redução da dívida pública.

Claro que, no discurso oficial da sua apresentação, nada é referido sobre a crua realidade que é a de uma proposta que fica muito aquém das reais necessidades de quem trabalha e que tem de fazer face a uma contínua subida da inflação, que faz disparar os preços de bens essenciais e os encargos com a habitação, tanto pela subida das taxas de juro dos empréstimos como pelos arrendamentos. Claro que os salários e pensões não acompanham estas subidas, o que deixa milhares de famílias em condições muito difíceis.

Na Educação, a proposta de OE consubstancia mais uma oportuni-



dade perdida, uma vez que o valor do PIB para este setor, nomeadamente para o ensino público não superior, volta a cair, situando-se nos 2,9%. Lembre-se que 6% são a referência sempre mencionada pelas várias organizações internacionais que analisam o setor da Educação em todo o mundo. Aliás, em Portugal, esta é uma realidade que se aplica não só à Educação, mas a todo o investimento público de uma forma geral. Senão, vejamos:

Em 2016, o primeiro-ministro António Costa anunciava solenemente que, em relação ao investimento público, estava do lado dos que faziam acontecer. Depois, em 2017, prometia um aumento de 20% no orçamento para escolas, hospitais, segurança interna e vias de comunicação. Investimento novamente anunciado em 2018, com a promessa de um “crescimento ainda mais significativo”. Os anos de 2019, 2020 e 2021, foram anos de Pandemia, com todos os seus

efeitos, mas, já no final, António Costa reafirmava a importância “E agora cada vez mais” da aposta no investimento público.

A realidade é, no entanto, bem diferente, porque não se vive de ficções, mas de números concretos e esses dizem que Portugal registou, nestes últimos anos, níveis de investimento público dos mais baixos, e que na última década, depois da Irlanda, foi mesmo o país da UE que menos investiu.

De 2017 a 2023, ficaram até por aplicar 5802 mil milhões de euros, face ao orçamentado, portanto, a falta de investimento público não é uma fatalidade é sempre uma opção política assumida.

Neste novo quadro e com eleições que se aproximam, num momento

em que a inversão desta tendência de desinvestimento é fundamental e num tempo em que a valorização da carreira e das condições de trabalho são tão importantes, o movimento sindical docente tem um papel determinante, até porque defender a profissão é defender uma Escola Pública de Qualidade e somos por isso portadores desse desígnio e dessa mensagem.

Uma escola à qual tenham acesso todas as crianças e jovens implica uma Escola qualificada e valorizada, assim como os profissionais que nela trabalham.

Esta é a escola que defendemos e não uma escola pública empobrecida, desqualificada, para os mais desfavorecidos. Não queremos uma escola que

coexista numa “rede de ensino” com outras privadas, destinadas às elites económicas e financiadas por dinheiros públicos.

Estes são os projetos do Estado forte, mas mínimo, de quem promove os falaciosos rankings, o voucher (cheque ensino), a livre escolha de escola e as escolas “charter”.

Somos portadores de outro projeto, o de uma escola pública, democrática e organizada, numa sociedade democrática. Portadores de um projeto de melhoria da qualidade da vida das pessoas, da inclusão social, da defesa dos direitos laborais, cívicos, sociais e políticos.

São pistas que ficam para uma reflexão que se exige num momento em que a luta tem de continuar.■



Jorge Gonçalves
Vice-Presidente do SPGL

Um Orçamento do Estado que não responde nem às necessidades da Educação, nem do país

O orçamento, no âmbito do Ministério da Educação, reduz novamente para apenas cerca de 2,9% do PIB.

O peso do investimento no dia-a-dia das escolas públicas (salários, instalações, equipamentos, etc.) diminui. Veremos, com a execução do orçamento, o que efetivamente se realizará do PRR na recuperação/requalificação de escolas...

Com os salários a serem atualizados abaixo da inflação prevista (3,3%) a perda de poder de compra irá novamente agravar-se. Só entre 2022 e 2023, os educadores e professores do ensino básico e secundário tiveram uma quebra de cerca de 13,3% do poder de compra, os docentes do ensino politécnico de 12% e os do universitário de 9%. Isto, tendo por base os valores da inflação, com impacto ainda mais significativo na alimentação e habitação, assim como, nas deslocações diárias de milhares de docentes. O aumento das despesas com pessoal

do Ministério da Educação corresponde a uma variação de 3,5%, no que aos docentes diz respeito, um pouco acima de 3% serão consignados à chamada atualização salarial. Significa que resta apenas 0,5% para responder ao posicionamento salarial dos docentes contratados a que o ME ficou obrigado, ao ingresso nos quadros e correspondente reposicionamento na carreira de cerca de 8000 docentes, à criação de estágios remunerados, aos efeitos do “aspirador” do DL n.º 74/2023, assim como à progressão normal de outros docentes. Com a execução do orçamento de 2024 será possível verificar também como ficará efetivamente a evolução da despesa com pessoal, em comparação com a de 2023.

A discussão na especialidade da proposta de Orçamento do Estado trouxe poucas novidades. Mesmo no suposto apoio às rendas de professores deslocados ficaram as dúvidas sobre a abrangência limitada e a operacionalização da medida.

Confirmaram-se as opções políticas de não valorização da profissão docente, nomeadamente com a recuperação do tempo de serviço dos docentes e voltaram a ser chumbadas propostas de maior investimento na Escola Pública.

As transferências de competências na área da educação aprofundaram a desresponsabilização do Governo perante o investimento na Escola Pública e o direito ao acesso e sucesso educativo. Desorçamentando e dividindo o que já era pouco por muitas partes (municípios), não faz diferença na resposta necessária, como é exemplo a manutenção das escolas.

A marcação das eleições legislativas para 10 de março não fará os professores abandonarem a ação e a luta, ainda que adequando, afirmando a necessidade de investimento na Escola Pública e na valorização dos educadores, professores e investigadores.■



Paz no Médio Oriente! Palestina Independente (Lisboa, 8/12/2023)

© Internacional Educação

Educação em tempos de guerra

• *André Levy*

Dirigente Sindical, E. Superior e Investigação

A educação pode ter um papel crucial na criação de uma cultura de tolerância e compreensão. A escola, nos vários níveis de escolaridade, é um local privilegiado para inculcar os valores da paz, desenvolver as capacidades de escuta ativa e diálogo construtivo, de mediação e cooperação, de conhecimento, respeito e empatia pelo outro. Em 2004, os membros da Internacional da Educação (IE) aprovaram uma resolução para “promover a educação para a paz e o conhecimento intercultural como o melhor antídoto contra os fenómenos racistas e fundamentalistas de forma a prevenir conflito social e o recurso a violência social”. Em 2008, a IE adaptou a declaração «As Escolas devem ser Santuários Seguros», exigindo que as escolas fossem respeitadas e protegidas como zonas de paz, onde os alunos pudessem aprender e os professores desempenhar a sua função de forma positiva e segura. Uma educação para a paz e a garantia da escola como um lugar seguro assumem importância acrescida em lugares de conflito, e talvez não haja local onde tal seja mais necessário do que na Palestina. Numa visita no início deste ano à Palestina, o Secretário Geral da IE reuniu com a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Pa-

lestina no Próximo Oriente (UNRWA), sendo referido como o direito à educação dos Palestinos é constantemente ameaçado pelas autoridades Israelitas que instituem segregação e controlam o currículo para os Palestinos em Israel e nos territórios ocupados, removendo a aprendizagem da identidade Palestina dos livros de texto. As escolas (à semelhança dos hospitais) são também alvos militares privilegiados. Segundo a portal Trace, em 2020-2021, decorreram 420 ataques a escolas, de creches a universidades. Qualquer programa de educação para a paz enfrenta tremendos obstáculos quando a realidade diária é de violência e discriminação.

Obviamente, a situação em Gaza piorou após 7 de Outubro, com um impacto particular sobre as crianças, que constituem quase metade da sua população. As escolas fecharam, negando educação a mais de 625 mil alunos, e tornaram-se locais de refúgio para quase um milhão de pessoas deslocadas na Faixa de Gaza, espaços necessariamente superlotados (algumas escolas com 12 vezes mais que a capacidade) e com falta de condições sanitárias, agravadas pelo bloqueio Israelita ao abastecimento de energia, alimento e água potável. Procuradas como santuários, as escolas têm sido alvo de ataques dirigidos. Só na pri-

meira semana, 18 escolas da UNRWA foram destruídas. Em 18 de novembro, um segundo ataque aéreo sobre a escola de Al-Fakhorra causou 50 mortes. Até meados de novembro, aviões Israelitas já haviam alvejado mais de 250 escolas na Faixa de Gaza, incluindo mais de 50 escolas geridas pela UNRWA. Esta agência já perdeu mais de 100 dos seus efetivos, a maior perda de forças humanitárias na história das Nações Unidas. Edifícios em 19 universidades em Gaza foram destruídos por ataques Israelitas. Mas os ataques não se têm limitado a Gaza. Na Cisjordânia, as forças de defesa de Israel (IDF) invadiram e vandalizaram a Universidade Birzeit e suas residências estudantis.

O fim do conflito e caminho para a paz exige um cessar-fogo imediato e definitivo e o restabelecimento de linhas de diálogo criando condições para a efetiva implementação das resoluções das Nações Unidas. **Os construtores do futuro serão as dezenas de milhares de crianças traumatizadas pelos acontecimentos destas semanas, que perderam as suas casas e as suas famílias. Os professores terão um papel crítico em determinar como irão recuperar e reagir ao trauma e ao medo, se irão responder com violência ou travar o difícil percurso da paz.** ■

Proposta de reconhecimento, pela UNESCO, da relação professor-aluno como património da humanidade

• *José Feliciano Costa*

Presidente da Direção Central do SPGL

Foi no âmbito da sua participação na Comissão Executiva da Internacional da Educação (IE), em finais de 2018, que a FENPROF propôs à IE que considerasse a possibilidade de apresentar na UNESCO uma candidatura da Relação Educador-Educando a Património Imaterial da Humanidade - uma ideia já defendida na revista *A Página da Educação*, em vários artigos assinados pela sua diretora, também Presidente do Conselho de Acompanhamento da Carta de Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Na altura, a IE fez contactos informais exploratórios junto da UNESCO, constatando-se ser necessário estudar a viabilidade da candidatura à luz dos regulamentos que enquadram esta distinção. Entretanto, o tempo foi passando, outros assuntos requereram intervenção prioritária (incluindo a pandemia da Covid-19) e só agora foi possível dar a esta questão a atenção que merece.

Tendo-se concluído que não podia ser a IE a apresentar esta candidatura, já que a proposta teria de partir de um país, e sem prejuízo de haver no seio da IE várias organizações disponíveis para avançar com o processo nos seus países, considerou-se que faria sentido a candidatura partir de Portugal, não apenas por a proposta inicial ter sido da FENPROF, mas sobretudo por o atual Secretário Geral da ONU ser português, António Guterres, que é também alguém que se tem revelado fortemente comprometido com a defesa do direito à Educação e com a necessidade de travar a progressiva escassez de professores qualificados. Aliás foi ele mesmo que, em setembro de 2022, promoveu a Cimeira para a Transformação da Educação (a primeira vez que a Educação foi discutida



nas Nações Unidas, por chefes de Estado e de Governo), cimeira que levou à constituição de um Painel de Alto Nível sobre a Profissão Docente, a primeira iniciativa a nível mundial para os professores desde a Recomendação de 1966.

Neste contexto, considerou-se que esta é uma proposta avançada pelos professores portugueses, que serão representados pelos seus sindicatos e associações profissionais que avançarão com o pedido ao

representante de Portugal na UNESCO, para que coloque em discussão essa possibilidade.

Esta proposta tem o apoio da Internacional da Educação, da Federação Mundial dos Estudantes e da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP-SE), e espera-se que obtenha também o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direção: spgl@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
●Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Reuniões Sindicais (2023/24)

Com cerca de uma centena e meia de plenários realizados desde setembro nas escolas, vários delegados sindicais eleitos e inúmeras visitas, reuniões sindicais prosseguem nas quatro regiões do SPGL (Lisboa, Oeste, Santarém e Setúbal). Mais informações: <https://www.spgl.pt/reunioes-sindicais-2023-2024> ■

Plenários de Contratados

Realizou-se no dia 7 de dezembro de 2023, às 14h30, na Delegação de Almada do SPGL, plenário de professores contratados da região de Setúbal. Constam da ordem de trabalhos: 1) Situação político-sindical; 2) Reivindicações específicas dos contratados; 3) Outros assuntos. Oportunamente serão dadas novas informações sobre a realização destes plenários nas restantes regiões do SPGL. ■

Eduardo Jordão | Coordenação F. T.
Precariedade: Contratados/Desempregados

Reunião Sindical (FLUL)

Dia 11 de dezembro, às 10h00, teve lugar uma reunião sindical, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sala B112.D (Edifício da Biblioteca). Esta reunião destinou-se ao esclarecimento e discussão dos problemas que afetam os investigadores, com destaque para a precariedade dos investigadores com contratos a termo em risco de terminarem em breve (DL 57 – NT, CEEC e outros), mas também dos bolséis de investigação e dos investigadores com outros vínculos. ■

Pugnar por melhores condições de trabalho, pela justiça laboral dentro da Santa Casa



Foi assinado o acordo de empresa da SCML, que entra em vigor a 1 janeiro de 2024.

Este não é o AE a que os trabalhadores têm direito, nem é o AE que irá colmatar as injustiças criadas com o congelamento de progressões e as ininterruptas desvalorizações salariais, nem restabelecer o poder de compra daqueles que, ainda assim, têm mantido todo o empenho e esforço para assegurar o cumprimento da missão da SCML.

Pergunta-se, então, porque foi assinado? Foi porque poderá ser o início de uma nova dinâmica que irá restituir a equidade e justiça profissional, nomeadamente através do reconhecimento das habilitações académicas e profissionais;

Foi porque se mantêm os 25 dias úteis de férias, podendo o mesmo ser aumentado em até 3 dias;

Foi porque a tabela salarial, na profissão docente, é mais aproximada da administração pública;

Foi porque é um contributo para evitar que continuem a proliferar práticas anteriores de favoritismo ou compadrios de uns, em detrimento de outros;

E porque privilegia a aplicação de regras e critérios para todos sem distinção.

Aguardamos a publicação, em BTE, e pode consultar o comunicado dos sindicatos na página do SPGL. (<https://www.spgl.pt/acordo-de-empresa-da-scml-assinado-hoje>)

Assim, o SPGL e os sindicatos que compõem esta CNS, vamos continuar a negociar, sempre a pugnar por melhores condições de trabalho, pela justiça laboral dentro da Santa Casa, numa instituição em que a solidariedade e a ajuda aos mais frágeis, sendo a sua Missão, tem de começar de dentro para fora a tratar todos de igual modo. ■

António Quitério
Coordenador da Organização

Visita a Exposição

Comemorando os 50 anos do 25 de Abril vamos visitar no Campus da Administração Pública Portuguesa (Av. João XXI, 63, Lisboa), a exposição «Unidos Vencemos! Protesto, Greves e Sindicatos no Marcelismo (1968-1974)». Esta mostra expositiva evoca o papel do mundo do trabalho e do movimento sindical anticorporativo no combate à ditadura. A visita guiada realiza-se no dia 15 de Dezembro, entre as 16h e as 18h. Mais informações e inscrições: www.spgl.pt ■

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

“Carrara”



É o título da **exposição conjunta de Pilar Blat e Pasqual Gomes** e estará em **exibição no SPGL, Espaço ABC, de 4 de Janeiro a 15 de Fevereiro de 2024**. O título refere-se tanto à cidade de Carrara quanto ao mármore que de lá vem. O interesse dos artistas pelo assunto começou a partir das visitas a Florença e do relacionamento com os professores do ISA di Porta Romana, com quem visitaram pela primeira vez a zona e a pedreira. ■

Exposição de Finalistas do Curso Profissional de Fotografia de Lisboa 2020/22



© Alexandre Canteiro Lopes

Até ao próximo dia 23 de dezembro, encontra-se patente no Espaço ABC (Sede SPGL), de segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 18h, a Exposição dos trabalhos finais dos formandos do curso profissional de fotografia do Instituto Português de

Fotografia. Este momento expositivo representa o culminar e o resultado de um processo intenso, trabalhoso, com enorme dedicação e de muita aprendizagem, ao longo de dois anos, de todos os envolvidos.

«Esse momento que pode ser considerado emocional, filosófico, metafórico, físico, sensorial, tátil, subjetivo, único, igual, diferente, pessoal, será acessível a muitos que conseguem “tirar” fotografias (basta o impulso de pressionar um botão), mas mais desafiante para os que pretendem “fazer” fotografia (é preciso mais que um acessível e suficiente ato de pressionar um botão). Fazer fotografia requer pensar, decidir, ter um objetivo, uma linha condutora, uma personalização, uma intenção refletida, uma afirmação, mesmo antes de registar esse tal momento ou um assunto. A fotografia será sempre muito mais do que aquilo que se vê.»

Carlos Álvares, Curador

De Lino António a Lino e António ou a importância das memórias



Era bastante estranho. A sessão de “O meu livro quer outro livro” destinava-se a uma apresentação de Sol de Inverno, de Elisa Saraiva (aliás, Sílvia Baptista), editado pela Flamingo, 2023, mas a “folha de sala” distribuída para a sessão era uma listagem de obras, exposições, prémios e atividade docente do pintor “modernista” Lino António (1898-1974).

Cedo se percebeu que a autora – e só a autora – falaria, aliás muito brevemente, da sua obra; a maior parte da sessão seria ocupada com referências à vida e obra de Lino António, a cargo do professor e designer Vítor Silva.

A ligação entre o pintor e o livro de Elsa Saraiva foi entretanto clarificada: Sol de Inverno desenvolver-se-ia em torno de um facto real: o desaparecimento do tríptico de Lino António – “As sacerdotisas de Baco” – que continua em parte incerta...

Sol de Inverno acompanha a vida, desde a pura ternura entre avô e neta, à cumplicidade entre filha e mãe e pai, à dureza da velhice. O inevitável ciclo vida-morte-vida, a que o repetido quotidiano do nascer e pôr do Sol serve de metáfora.

A visão idílica de um avô “pintor” terá de ajustar-se à descoberta “post mortem” de factos e actos menos “abonatórios”, mesmo perturbadores. Mas no “cinzento” da velhice é ainda a memória do que o avô (e pais) contava e a ternura desses momentos de infância que funcionam como um sol criador, mesmo que tão só um sol de inverno. De linguagem muito simples mas muito correta, são 13 pequenos capítulos de um conto que sublinha a importância das relações humanas, cuja memória torna presente os que morrem e alimenta o fim inevitável. “O sol é criador, mesmo o sol de inverno...”

António Avelãs
Dirigente Sindical, Aposentados

O Apoio a Sócios é um serviço de excelência e funciona com equipas especializadas

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) nasceu a 2 de maio de 1974, imediatamente após o 25 de Abril, e logo se tornou no maior sindicato de professores do país. Membro fundador da FENPROF, é um dos sindicatos mais antigos (após o 25 de Abril) e ativos do movimento sindical português. Desde a sua génese, sempre se caracterizou por ser democrático, pluralista e aberto à colaboração com outros sindicatos e instituições de modo a potenciar a ação reivindicativa e melhor apoiar os seus sócios, assim como lutar por uma educação de qualidade para todas as crianças e jovens do país e uma sociedade mais justa.

O SPGL integra, apoia e representa os educadores, os professores do ensino público, do ensino particular e cooperativo e IPSS, tendo alargado o seu âmbito aos investigadores.

O Apoio ao Sócio é, desde sempre, um serviço de excelência e funciona com equipas especializadas na Sede (Rua Fialho de Almeida, 3, Lisboa) e também nas delegações do SPGL. Estas equipas contam com o suporte e colaboração de técnicos especializados, advogados qualificados e acompanhamento de dirigentes sindicais, de modo



a assegurar o atendimento, a resposta e o aconselhamento dos associados relativamente aos seus problemas profissionais, bem como o apoio em contencioso e o recurso, quando necessário, aos Tribunais.

O facto de sermos um sindicato regional, cuja área de intervenção se centra na Grande Lisboa, o atendimento pode abranger ainda os sócios dos outros sindicatos que integram a FENPROF quando estes exercem funções em escolas da área da grande Lisboa, conforme acordo que existe os sindicatos da Federação.

De janeiro a novembro de 2023, o Apoio ao Sócio do SPGL conta já com 16822 atendimentos na sede e delegações, número que expressa a importância, confiança e credibilidade deste serviço. Ainda assim, faremos sempre o que estiver ao nosso alcance para o continuar a melhorar. Acolhemos também, com agrado, as sugestões dos nossos associados pois é por eles e para eles que trabalhamos e existimos. ■

Elisabete Zagalo
Coordenadora Apoio a Sócios e Contencioso

Legislação

I Série

- **Portaria n.º 345/2023**
Procede ao redimensionamento do âmbito geográfico dos quadros de zona pedagógica e extingue os quadros de zona pedagógica criados pela Portaria n.º 156-B/2013, de 19 de abril

▪ Decreto-Lei n.º 108/2023

Aprova medidas de valorização dos trabalhadores que exercem funções públicas

▪ Decreto-Lei n.º 112/2023

Altera o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário

II Série

- **Despacho n.º 11476/2023**
Fixa para o ano de 2023 as vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário

Continuar sindicalizado é dignificar os docentes aposentados e a profissão

Prevê-se que, durante o ano de 2023, se aposentem perto de 4000 professores. Não esqueçamos que, mesmo aposentados, nunca deixamos de ser professores e se, na escola, não tivemos tempo de passar o testemunho, façamo-lo agora, mantendo o nosso vínculo ao Sindicato que nos acompanhou todos estes anos.

Continuar sindicalizado é uma forma eficaz de passar esse legado patrimonial ímpar de que somos portadores.

Constituímos a história viva de várias gerações de docentes, de resistência em tempos políticos obscuros, do nosso envolvimento e ativismo nos GEPDES¹, criados no início dos anos 70, de tantas e tantas lutas pela democratização da escola e pela dignidade profissional.

Concretizámos o velho sonho da criação de um movimento sindical docente que fosse a afirmação da nossa identidade, combatividade e unidade, sempre com os professores, com as escolas e com a democracia, de que também fomos construtores.

Fomos obreiros de uma escola para todos, democrática e inclusiva. Vivemos a experiência de uma gestão e uma direção democráticas nas escolas, de uma formação de professores que envolvia a comunidade escolar, de valorização do estatuto sócio/profissional, sobretudo com criação do estatuto da carreira docente e da carreira única.

Mas vivemos também a revolta pelos retrocessos produzidos na Escola e pelos atentados à carreira docente pela prática de políticas que não têm em conta o valor estratégico do investimento na educação.



Mas o vínculo que temos ao Sindicato é o de sabermos que temos quem nos proteja e defenda a nossa dignidade. Os nossos Sindicatos são, ainda, um espaço privilegiado de convívio e socialização, de fruição da cultura e do lazer, de debate de grandes questões que nos preocupam, como a saúde e os serviços sociais, da descoberta de novos saberes.

Os Sindicatos da FENPROF, que ajudámos a construir, precisam de nós, porque somos gente ativa e experiente, porque somos a memória viva da Escola de Abril!

Nós precisamos dos Sindicatos, porque é a unidade e a luta que nos defende dos atropelos vários a que constantemente vamos sendo sujeitos, porque possuem serviços e regalias que nos são úteis, entre os quais os benefícios vários a que têm direito os sindicalizados e que compensam (e de que maneira) o valor da quota sindical ([Benefícios Sócio FENPROF - FENPROF](#)).

Não esqueçamos que este é um serviço sem custos, porque até a própria quotização sindical também é “devolvida”, quando fazemos a declaração anual de IRS, ao ser abatida ao rendimento.

1. Grupos de Estudos dos Professores do Ensino Secundário

Continuar sindicalizado é, pois, dignificar os docentes aposentados e a profissão. Com os nossos colegas, no ativo, continuaremos a exigir “RESPEITO”!

“É tempo de ser tempo dos Professores!”



Regulamento:
www.fenprof.pt



50 Anos do 25 de Abril

25 de ABRIL
50
anos

CONCURSO

| Cartaz | Texto criativo |
| Banda Desenhada |

50 Anos de Liberdade

Destinatários:

- Estudantes
- . Pré-Escolar
- . 1.º Ciclo
- . 2.º e 3.º CEB
- . Ensino Secundário
- . Ensino Superior

Participa!

Até dia 1 de maio de 2024

